

ORGANIZADORAS | ANA CLÁUDIA PAVÃO SILUK
SÍLVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO BRASIL:

**RELATOS DA EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL
DE PROFESSORES
E SUA FORMAÇÃO**

**SANTA MARIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

2014



ORGANIZADORAS

ANA

CLÁUDIA PAVÃO SILUK

Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

SÍLVIA

MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO

Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM.

[TÍTULO DA OBRA]

SILUK, Ana Cláudia Pavão e PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Orgs.). Atendimento Educacional Especializado no Brasil: relatos da experiência profissional de professores e sua formação. 1.ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação – CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

© 2014 UFSM

Qualquer parte dessa obra pode ser reproduzida desde que citada a fonte. Os textos produzidos são responsabilidade dos autores.

SILUK, Ana Cláudia Pavão e PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Orgs.). Atendimento Educacional Especializado no Brasil: relatos da experiência profissional de professores e sua formação. 1.ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação – CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

Disponível também em CD-ROM

A864 Atendimento educacional especializado no Brasil : relatos da experiência profissional de professores e sua formação / organizadoras Ana Cláudia Pavão Siluk, Sílvia Maria de Oliveira Pavão. – 1. ed. – Santa Maria : UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014.
175 p. ; 24 cm

ISBN 978-85-61128-35-7

1. Educação especial 2. Atendimento educacional especializado 3. Inclusão escolar 4. Ensino superior 5. Formação de professores 4. Brasil I. Siluk, Ana Cláudia Pavão II. Pavão, Sílvia Maria de Oliveira

CDU 376.1/.5(81)

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Eckhardt - CRB-10/737
Biblioteca Central da UFSM

Laboratório de pesquisa e documentação – CE. Universidade Federal de Santa Maria.
Avenida Roraima, 1000. Prédio 16. Camobi. Santa Maria, RS.

[REVISÃO DE LINGUAGEM] Jane Dalla Corte

[PROJETO GRÁFICO | CAPA] Thiara Speth

[PROJETO GRÁFICO | DIAGRAMAÇÃO] Thiara Speth

COMISSÃO CIENTÍFICA

Carlos Roberto Massao Hayashi, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.

Claudia Dechichi, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

Eliana Lucia Ferreira, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Elisa Tomoe Moriya Schlunzen, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Jane Dalla Corte, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil.

Lazara Cristina da Silva, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

Lucila Maria Costi Santarosa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

Maria Medianeira Padoin, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Marli Melo de Almeida, Universidade do Estado do Pará, Pará, Brasil.

Neiza de Lourdes Frederico Fumes, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Brasil.

Nerli Nonato Ribeiro Mori, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.

Rita Vieira de Figueiredo, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil.

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, Brasil.

Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, Brasil



APRESENTAÇÃO

A organização e oferta de um curso na área da educação exige de seus proponentes muita seriedade, disciplina, comprometimento e motivação.

Ao se tratar de um curso que implique na implementação de um novo olhar sobre as causas das pessoas excluídas da sociedade, esse comprometimento deve ser garantido. Há de se enfrentar as incertezas cotidianas do novo, arraigadas em práticas disciplinares cristalizadas ao longo da experiência pessoal e institucional no contexto educacional.

A Política Nacional de Educação Especial: na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que orienta a oferta de cursos na linha da formação continuada de professores na área da Educação Especial é um dos movimentos que instituiu os Cursos de Atendimento Educacional Especializado ofertados em diferentes estados do Brasil.

A obra, mostra um Curso dessa natureza ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria em parceria com SECADI/ MEC.

Em um recorte temporal, o Curso apresenta dados relativos a 5ª edição, que ocorreu no ano de 2011 (atualmente o Curso está na 10ª edição). Organizada em duas partes, a obra traz inicialmente um artigo sobre a organização e dinâmica do curso AEE.

A segunda parte é composta por relatos escritos pelos alunos que realizaram o curso. Cada relato impressiona, pois a trajetória dos professores em formação na área da Educação Especial é marcada pela sensibilidade, motivação para a aprendizagem e principalmente pela busca de referenciais científicos para a prática pedagógica. Além desses condicionantes que tornam a leitura de cada relato um convite à formação continuada, é possível aprender com o texto, pois cada um ensina como o AEE possibilita o desenvolvimento, a aprendizagem das pessoas atendidas, fortalecendo e aperfeiçoando as práticas docentes..

[AS ORGANIZADORAS]



SUMÁRIO

PARTE I

CURSO DE AEE: IMPACTOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES [12]

Ana Cláudia Pavão Siluk
Sílvia Maria de Oliveira Pavão

PARTE II

RELATOS

1 UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA [26]

Garrafão do Norte | PA

Autora: Mônica Aparecida da Cruz
Orientadora: Andréia Jaqueline Devalle Rech
Tutora: Gislaine Gündel Mezzomo

2 CURSO AEE: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA [32]

Mogi das Cruzes | SP

Autor: Roberta Moretti da Silveira Padulla
Orientador: Arlei Peripolli
Tutor: Catia Machado

3 PERSPECTIVA DE SUCESSO PARA O APRENDIZADO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS [38]

Niterói | RJ

Autora: Adriana Teixeira Gonçalves
Orientadora: Carmen Rosane Segatto e Souza
Tutora: Camila Machado Cebalhos

4 **INCLUSÃO ESCOLAR – A VEZ DAS DIFERENÇAS [42]**
Teixeira de Freitas | BA
Autora: Fátima Aparecida dos Reis Barros
Orientadora: Clarissa da Silva Oliveira
Tutora: Denise Medina Fiddler

5 **O AEE SOB O OLHAR DE UMA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO [48]**
Várzea Grande | MT
Autora: Adriana Roberta Ferreira dos Santos Domingos
Orientadora: Claudia Flores Rodrigues
Tutora: Tásia Fernanda Wisch

6 **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA A QUALIDADE DA PRÁTICA DOCENTE [54]**
Cariacica | ES
Autora: Janaina Delfino Pereira Guilherme
Orientadora: Fabiane R. de Souza Bridi
Tutora: Caroline Corrêa Fortes Chequim

7 **PRÁTICA DA PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL [60]**
Jacobina | BA
Autora: Carla Cinara da Silva Luz
Orientadora: Giovana Gindri
Tutora: Elisandra Conterato

8 **APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS SOBRE AEE NA SALA DE RECURSOS [66]**
Sapucaia do Sul | RS
Autora: Janete Bilhão Ferreira
Orientadora: Juliane Marschall Morgenstern
Tutora: Elisa Silveira Cerentini

9 **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONTRIBUIÇÕES DIDÁTICAS [74]**
Ruy Barbosa | BA
Autora: Antonieta Boaventura Brandão
Orientadora: Liane Camatti
Tutora: Jalusa Oliveira da Silveira

10 REFLETINDO A TRAJETÓRIA E CONSTRUINDO EXPECTATIVAS [80]

Goiás | GO

Autora: Jacira Gomes de Oliveira Souza

Orientadora: Maureline Petersen

Tutora: Aleksandra dos Santos Rosa

11 APLICABILIDADE DO CURSO AEE: DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA [86]

Blumenau | SC

Autora: Ane Caroline Karstedt

Orientadora: Priscila Turchiello

Tutora: Rossana Martini Busanello

12 PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL [94]

Varginha | MG

Autora: Evian Maria de Andrade Melo

Orientadora: Renata Corcini Carvalho Canabarro

Tutora: Vanusa Zimmermann

13 A INCLUSÃO UMA AÇÃO QUE PARTE DE TODOS [100]

Formigueiro | RS

Autora: Dileane Fagundes de Oliveira

Orientadora: Sandra Suzana Maximowitz Silva

Tutora: Bernadete Santini Viero

14 AEE PARA O AUTISMO INFANTIL [106]

Embu das Artes | SP

Autor: Alex Viana Coelho

Orientadora: Sílvia Maria Oliveira Pavão

Tutora: Jaluza de Souza Duarte

15 UMA PEQUENA MUDANÇA PARA GERAR UM GRANDE CRESCIMENTO [112]

Concórdia | SC

Autora: Daiane Cristina Pagliari

Orientadora: Silvia Pagel Floriano Luiz

Tutora: Rochelie Flores Coelho

16 CURSO AEE NAS SESSÕES DE ESTUDOS DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS DE UMA ESCOLA ESTADUAL [118]

Porto Velho | RO

Autora: Geisa Cristina Batista

Orientador: Silvio Retamoso Palma

Tutora: Fabiane dos Santos Ramos

17 O CURSO DE AEE COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO [124]

Santa Cruz do Sul | RS

Autor: Jairton Machado de Lima

Orientador: Silvio Carlos dos Santos

Tutora: Valquíria Maria Silva Rios

18 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM CLASSE COMUM – UM DESAFIO A PRÁTICA DOCENTE [128]

Muriaé | MG

Autora: Alessandra Aparecida Miranda

Orientadora: Simaia Zancan Ristow

Tutora: Camile Araújo

19 CURSO AEE: DESAFIOS PARA UM TRABALHO EM EQUIPE [136]

Encantado | RS

Autora: Carla Zanon Piccinini

Orientadora: Tatiane Negrini

Tutora: Ana Paula da Silva Pozzobon

20 CURSO AEE: VIABILIZANDO O TRABALHO EM EQUIPE [140]

Camocim | CE

Autora: Cecília Monsão Monteiro dos Santos

Orientadora: Vaneza Cauduro Peranzoni

Tutora: Taíse Freitas Ilha

21 INCLUSÃO DA PESSOA SURDA [148]

Macatuba | SP

Autora: Mônica da Silva Conceição Abreu

Orientadora: Eliane Sperandei Lavarda

Tutora: Alexandra Dutra Nunes

22 A IGNORÂNCIA GERA A EXCLUSÃO [154]

Uberaba | MG

Autora: Alessandra Cristina da Silva

Orientador: Caio Cesar Piffero Gomes

Tutora: Alessandra Cavalheiro da Silva

23 A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO [162]

São Francisco de Assis | RS

Autora: Neide De Moura Lamberti

Orientadora: Cristiane Lazzeri

Tutora: Ana Amália Roveda

24 APLICABILIDADE DO CURSO DE AEE: O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA [166]

Venâncio Aires | RS

Autora: Cíntia Gomes de Oliveira

Orientadora: Cleidi Lovatto Pires

Tutora: Darléia Knofre

REFERÊNCIAS [174]



[**PARTE I**]

**CURSO DE AEE:
IMPACTOS DA
FORMAÇÃO
CONTINUADA DE
PROFESSORES**

ANA CLÁUDIA PAVÃO SILUK

SÍLVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVÃO

O paradigma da inclusão vigora neste século como forma de diminuir a diferença e a exclusão. O movimento inclusivo mundial estruturado por meio de diferentes documentos vem apresentando formas que afetam diretamente o trabalho do professor com os alunos em todas as escolas. A essa afetação remetemos a formação continuada de professores, cujo dispositivo pensado pela política para esse fim, no que tange ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais é o Atendimento Educacional Especializado. Esse atendimento, já mencionado na lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB/1996, apresenta-se como forma de contribuir com a atuação de professores junto aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Um Curso de formação para atuação no Atendimento Educacional Especializado vem sendo ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria desde o ano de 2007, mesmo ano em que foi divulgada a Política Nacional de Educação Especial. O Curso, desde então, já passou por algumas reformulações no que refere-se à metodologia, conteúdos e carga horária. Hoje, o curso é caracterizado como curso de aperfeiçoamento, tem 250 horas e onze módulos, com os temas sobre a educação a distância, atendimento educacional especializado, tecnologias assistivas, avaliação, deficiência física, surdez, deficiência mental, cegueira e baixa visão, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação (Fig. 1). Esses módulos configuram a estrutura teórica do curso.

FIGURA 1: Módulos do Curso de Atendimento Educacional Especializado, 2014.

<p>MÓDULO I – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p> <p>Apresenta conceitos, características e objetivos da EAD, bem como estratégias pedagógicas para a didática da educação a distância: interação professor e aluno, atividades desenvolvidas, formas de avaliação e reflexões acerca da aprendizagem autônoma e os desafios das tecnologias da informação e comunicação.</p>
<p>MÓDULO II – AEE</p> <p>Explica o que é o AEE, o público-alvo da educação especial e discute a Política Nacional de Educação Especial.</p>
<p>MÓDULO III – TECNOLOGIAS ASSISTIVAS</p> <p>Subsídios para educadores e gestores das redes de ensino, sobretudo os professores que atuam no AEE, para a partir da realidade de suas redes, propor ações concretas de implementação da TA. Os temas tratados demonstram a viabilidade de acesso de uma criança ou jovem com deficiência a escola comum.</p>
<p>MÓDULO IV – DEFICIÊNCIA FÍSICA</p> <p>A deficiência necessariamente não está associada à dependência. É possível ter uma deficiência e ainda assim conquistar a autonomia e independência, uma vez que a participação social, o desempenho de tarefas e assunção de diferentes papéis, envolve muito mais que mobilidade, movimentos coordenados e habilidades funcionais.</p>
<p>MÓDULO V – DEFICIÊNCIA MENTAL</p> <p>Tem como objetivos criar meios para que os professores em formação sejam capazes de identificar as potencialidades de aprendizagem que possuem os alunos com deficiência mental. Proporcionar situações de conhecimento teórico-prático, a fim de que os professores em formação sejam capazes de planejar atividades e produzir materiais para o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores dos alunos com deficiência mental.</p>
<p>MÓDULO VI – DEFICIÊNCIA VISUAL</p> <p>Focaliza a condição visual de alunos cegos e com baixa visão no contexto escolar sem, no entanto explorar os aspectos anatômicos e fisiológicos do sistema visual ou a etiologia das diversas manifestações da deficiência visual. Apresenta, também, uma síntese das características e necessidades primordiais desse alunado, os recursos ópticos e não ópticos mais comuns, uma descrição do Sistema Braille, noções de orientação e mobilidade, alguns recursos tecnológicos e outros instrumentos indispensáveis para o acesso, aquisição e construção do conhecimento.</p>
<p>MÓDULO VII – SURDEZ</p> <p>Discute o acesso aos conteúdos curriculares pelos surdos, trata dos aspectos relevantes acerca dos surdos, da acessibilidade, bem como da aprendizagem da Língua Portuguesa.</p>

<p>MÓDULO VIII – SURDOCEGUEIRA</p> <p>Apresenta ideias, práticas e vivências pedagógicas que contribuem para a inclusão de pessoas com deficiências múltiplas e outras com surdocegueira na escola comum. Ainda, trata dos recursos que utilizados para que esses alunos participem das atividades nas escolas comuns, com seus colegas sem deficiências.</p>
<p>MÓDULO IX – TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO</p> <p>Descritos como sujeitos que apresentam alterações no desenvolvimento, comprometimento neuropsicomotor, nas relações sociais, na comunicação. Visa compreender estratégias para atuar com esses alunos no espaço da sala de aula, para além do diagnóstico que esses alunos são submetidos.</p>
<p>MÓDULO X – ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO</p> <p>Visa conhecer os conceitos de inteligências e o de altas habilidades/superdotação; aplicar os procedimentos para o desenvolvimento das habilidades dos alunos; estudar para aplicar as modalidades e as alternativas de atendimento educacional especializado aos alunos com altas habilidades/superdotação; Desenvolver sugestões que ilustram o atendimento educacional especializado.</p>
<p>MÓDULO XI – AVALIAÇÃO</p> <p>Apresenta instrumentos que podem subsidiar a prática do professor na sala de recursos multifuncional e contribui com as discussões voltadas para uma avaliação do processo de aprendizagem.</p>

Com esses referencias teóricos, alia-se o método de trabalho, possibilitando as condições de ensino e de aprendizagem. Para cada módulo do curso, foi desenvolvido um material no formato de artigo, por meio do qual são dinamizados os estudos. O curso é ofertado na modalidade a distância, a interação ocorre pelo Ambiente de Aprendizagem Virtual: Moodle http://cead.ufsm.br/moodle2_UAB. Dessa forma, os alunos, ao se maticularem, são informados que devem ter acesso à Internet. As turmas são compostas por, aproximadamente, 30 alunos, que são atendidas por um professor e um tutor. Cada professor tem duas turmas, e cada tutor tem uma turma. Portanto um professor atende 60 alunos (dividido em duas turmas) e o tutor atende 30 alunos.

Professores e tutores em contato com seus alunos orientam, inicialmente, quanto ao uso do ambiente e a realização das atividades do curso, tendo para isso a primeira semana de adaptação e esclarecimentos, se necessário.

O ambiente virtual oferece diferentes e variadas formas de recursos e atividades que favorecem a aprendizagem e a interação a distância. Cada professor e tutor, na organização dos conteúdos e atividades, definem as ações a serem desenvolvidas. Nesse aspecto, é importante destacar que o cronograma geral do Curso deve ser seguido no que tange ao início e término das 11 disciplinas/módulos de aprendizagem.

Cada disciplina/módulo de aprendizagem deve contemplar, no mínimo, duas atividades. Por exemplo: texto on-line e trabalho final ou Fórum e trabalho final.

Ainda estão previstas como uma atividade obrigatória para todas as disciplinas/módulos chats/bate-papo semanais, à noite, em dias e horários combinados e organizados pelo professor e pelo tutor.

Também é utilizada a ferramenta de interação, videoconferências, para debates on-line, com acesso no endereço www.multiweb.ufsm.br/. As videoconferências visam à apresentação dos tópicos de aprendizagem, bem como de um momento em tempo real de discussão com os especialistas no tema. Portanto, no início (preferencialmente) de cada módulo há uma videoconferência sobre os conteúdos trabalhados no curso e suas aplicações à prática pedagógica. O cronograma dessa atividade é disponibilizado pela coordenação do curso, que também realiza a supervisão das atividades nas turmas, visando ao melhor desempenho dos alunos.

Quanto às formas de avaliação, o curso adota o sistema de conceitos. Todas as atividades realizadas a critério do professor são avaliadas, sendo que, ao final de cada módulo, o aluno tem acesso ao seu conceito por módulo.

Esse Curso de AEE da UFSM já passou por algumas atualizações e aperfeiçoamentos, tendo por base sempre um processo de avaliação final do Curso, realizado pelos alunos e professores.

Quanto à metodologia, manteve-se a disponibilização do conteúdo no ambiente virtual de ensino-aprendizagem, as web-conferências com aulas ao vivo, além do uso das ferramentas de interação síncronas e assíncronas. Como elemento inovador, o curso passou a ter aulas presenciais dos principais conteúdos abordados, ministradas por professores da UFSM, ocasião em que os alunos, avaliavam o curso, conteúdos, professores ministrantes das aulas presenciais, participação nas atividades solicitadas e atuação dos professores e tutores de cada turma (SILUK, 2012, p. 18-9).

Uma das mudanças do curso foi relativa ao modo de apresentação do trabalho final do Curso. Na quinta edição do curso, foi proposto como trabalho final do curso um trabalho do tipo relato documentado, cujas orientações para sua elaboração foram as seguintes: elaborar um relato documentado sobre a aplicabilidade do curso AEE (na cidade de origem do aluno que realizou o curso). O texto deveria ter característica de um relato pessoal sobre a experiência de cada aluno ao realizar o Curso AEE. Um relato com os seguintes tópicos:

- Objetivo do aluno (aluno que está realizando o Curso AEE) para realizar o curso e também se o aluno já passou por outro processo formativo na área da educação especial e/

ou da educação inclusiva, fazendo uma descrição (breve) desses processos quando for o caso.

- Descrição da realidade educacional do aluno que está fazendo o curso de AEE está inserido, (cidade, escola, número de alunos matriculados, número de alunos incluídos, se a escola tem sala de recursos, os materiais que possui na sala de recursos, que ano escolar estão incluídos os alunos, outros).
- Módulos do curso: abrangência conceitual dos autores; teve um módulo estudado, o qual houve maior identificação; utilidade ou viabilidade de aplicação em decorrência das atividades profissionais do aluno ou realidade da escola; O aluno (aluno do Curso AEE) deverá justificar e argumentar teoricamente, ou seja, deverá incluir pelo menos uma citação do módulo.
- Conclusão (indicar possibilidades de continuidade a partir do curso, como ele pretende utilizar/praticar os conhecimentos construídos. Quais as possibilidades de continuidade das ações inclusivas em suas escolas ou em seus contextos de trabalho).

Os alunos realizaram esse trabalho e os professores das turmas selecionaram alguns que representassem o seu grupo. Nessa edição foram 50 turmas, cada uma delas com um professor e tutor (Fig. 2). Todos os alunos realizaram o trabalho e todos foram trabalhos excelentes que denotavam a importância de realizar o curso. Entretanto, para a apresentação em um relatório final que pudesse mostrar como os objetivos do curso foram alcançados, foi necessário um processo de seleção em que, certamente, muitos bons trabalhos deixam de ser apresentados.

Um processo de três seleções foi realizado, utilizando por ordem de classificação os princípios de: originalidade, expressividade discursiva e repetição. O resultado desse trabalho é apresentado nesta obra, sendo destacada a manifestação positiva dos participantes principalmente quanto à satisfação profissional em ter realizado o curso.

FIGURA 2: Participantes da 5ª edição do Curso AEE. 2011.

PROFESSORES	PROFESSORES TUTORES	TURMAS
Andréia Jaqueline Devalle Rech	Douglas Casarotto Gislaine Mezzomo	Sudeste 7 Norte 3
Anie Gomes	Laura Diniz Rita de Aquino	Sul 12 Nordeste 8
Arlei Peripolli	Elinara Feller Cátia Lina Oliveira Machado	Sul 1 Sudeste 16
Caio Cesar Piffero Gomes	Alessandra Cavalheiro da Silva Débora Carvalho Soccal	Sudeste 13 Sul 9
Carmen Rosane Segatto e Souza	Camila machado cebalhos Rosangela ceregati	Sudeste 6 Sudeste 17
Clarissa Oliveira	Liziane Bastos Denise Fidler	Sudeste 5 Nordeste 1
Claudia Flores Rodrigues	Tásia fernanda wisch Tatiana Dalmaso Jardim	Centro oeste 3 Sudeste 9
Cleidi Lovatto Pires	Darléia Kanofre Marcia Botega	Sul3 Centro oeste1
Cristiane Lazzeri	Ana Amália Roveda Clariane Freitas	Sul 11 Nordeste 6

PROFESSORES	PROFESSORES TUTORES	TURMAS
Eliane S. Lavarda	Cristiane Missio Alexandra Santos Nunes	Nordeste 3 Sudeste 2
Fabiane Bridi	Caroline Chequim Elidiane Ferreira	Sudeste 3 Nordeste 4
Giovana Gindri	Alessandra Lamberch Elisandra Berguemmayr	Sudeste 1 Nordeste 7
Juliane Marschall Morgenstern	Vanessa Mostardeiro Elisa Cerentini	Nordeste 9 Sul 16
Liane Camatti	Regina Maria Paz Diniz Jalusa Silveira	Sudeste 4 Nordeste 10
Maureline Petersen	Alexsandra Rosa Carla Zappe	Centrooeste 4 Sul 15
Priscila Turchiello	Bruna Medeiros Rossana Busanello	Centrooeste 2 Sul 8
Renata C. C Canabarro	Vanusa Zimmermann Maria Izabel Pereira Costa	Sudeste 12 Sul 10
Sandra S. M Silva	Bernadete Viero Lisandra Lemes	Sul 7 Sudeste 15
Silvia Maria de Oliveira Pavão	Patricia Revelante Jalusa Duarte	Sul 5 Sudeste 14
Silvia Luiz	Rochelie Coelho Flávia H. Patrocínio	Sul 6 Sudeste 11
Silvio Retamoso Palma	Fabiane Ramos Cristiane Griebler	Norte 2 Sul 2
Silvio Santos	Tássia Toledo Gomes Valquíria Rios	Sudeste 10 Sul 14

Simaia Zancan Ristow	Liane Cicolatt Camile Araújo	Norte 1 Sudeste 8
Tatiane Negrine	Ana Paula Pozzobom Tatiana Rocha	Sul 4 Nordeste 2
Vaneza Cauduro Peranzoni	Táise Freitas Ilha Ana Paula Gatiboni Faccin	Nordeste 5 Sul 13
25 professores	50 professores Tutores	50 turmas

DISCUTINDO OS DADOS DOS RELATOS: FRAGMENTOS DOS RESULTADOS DO CURSO AEE NAS HISTÓRIAS DE VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

Convém ressaltar que os 24 relatos selecionados para apresentação final dos resultados do Curso AEE são representativos de uma amostra, utilizando critérios de base científica para sua seleção. A partir disso, o instrumento que pautou a escrita dos relatos dos alunos do curso foi desmembrado em indicadores, visando a uma discussão focalizada aos objetivos do tema investigado. Os indicadores são: objetivos, realidade educacional, conteúdo do curso e conclusão.

No primeiro item que estruturou o relato, versando sobre o objetivo do aluno que estava realizando o Curso AEE, observou-se que as histórias de vida se cruzam com as escolhas profissionais.

O trabalho junto a pessoas com deficiência, além de realização profissional, pessoal e social, representou para mim um grande desafio, pois senti a necessidade de uma formação que me ca-

pacitasse a desenvolver atividades adequadas àqueles alunos. Aproveitei todas as oportunidades que me foram dadas para a realização de cursos na área e era gratificante colocar em prática o aprendizado adquirido e observar os resultados e os novos caminhos que por vezes se desvendavam. (Relato 2).

Como no meu dia a dia eu já vivencio a pratica das questões ligadas ao AEE e ao processo de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, a oportunidade de realizar esse curso aparece num momento muito oportuno, pois necessitava dessa parte teórica, na qual foi possível discutir ideias, ampliar o meu conhecimento e criar novas estratégias de ensino visando ao melhor desempenho, permanência e qualidade de vida para os educandos. (Relato 14).

Muitos professores que realizaram o curso não têm a formação inicial na área da educação especial, mas a realização de cursos de aperfeiçoamento e, principalmente, o interesse/motivação pela área fizeram com que esses professores sejam hoje referência em seus locais de trabalho no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Como educadora da rede regular de ensino, atuando como professora, minha experiência na educação inclusiva teve início nos anos 80, quando trabalhei com as turmas especiais por vários anos. (Relato 4).

[...] concebo a formação continuada e seu serviço como oportunidades de estudos que nos ajudam a transcender as condições e ou compreensões, que podem não estar mais atendendo às necessidades e exigências atuais. (Relato 10).

Realizei o curso Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a finalidade de pautar a minha prática pedagógica numa perspectiva inclusiva, pois são inúmeras as dificuldades encontradas em sala de aula e para cada necessidade existe um recurso.

Sabendo que, somente com conhecimento se pode modificar a realidade, me inscrevi neste curso.(Relato 22).

Quanto à descrição da realidade educacional do aluno que estava fazendo o curso de AEE, identificou-se uma diversidade quanto ao local onde mora, cidade, escola, número de alunos matriculados, número de alunos incluídos, existência na escola que atuam de sala de recursos, tipos de materiais que possuem na sala de recursos entre outros.

Portanto, a organização do sistema educacional orientada nos princípios da educação inclusiva possibilita quebrar o ciclo de exclusão, desafiar os preconceitos, dar visibilidade às pessoas com deficiência e oportunidade para que essas construam o seu próprio futuro. (Relato 12).

Já no que se refere aos módulos do curso e à abrangência conceitual dos textos para estudo, constatou-se que os alunos mostraram contentamento com todos os módulos. Elogiaram a qualidade do material e dos encaminhamentos teóricos e práticos que cada módulo do curso ofereceu.

Com relação aos conteúdos estudados durante o curso, a meu ver, todos tiveram sua contribuição e pertinência acadêmica. (Relato 3).

O Atendimento Educacional Especializado trouxe um grande entendimento sobre como proceder para desenvolver as habilidades do aluno e seu contexto diário como: comer, brincar, falar, entre outras explorações para melhor se encontrar no ensino regular e contexto social ao qual pertence. É um trabalho da educação especial que revela, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminando barreiras para a total participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (Relato 11).

Ao concluir o relato, os alunos indicaram possibilidades de continuidade no seu processo de formação continuada, dentro da perspectiva das ações inclusivas em seus contextos de trabalho.

No decorrer do curso são relevantes suas contribuições, tanto na área profissional quanto na área pessoal, pois determinados temas estudados foram reflexo do contexto escolar do qual faço parte. Refleti sobre as práticas utilizadas, as informações em que na escola, em muitos casos, passa despercebida, as garantias legais para o público com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Enfim, abriu o caminho para um novo olhar sobre a educação inclusiva. (Relato 1).

Hoje, posso afirmar que este curso contribuiu imensamente para o meu trabalho como professora de AEE, me dando os subsídios, tanto práticos quanto teóricos, sobre o trabalho que deve ser feito com os meus alunos no AEE. É claro que cada aluno é singular, e que as dúvidas continuam surgindo, mas me sinto mais preparada, sabendo onde posso buscar os embasamentos para desenvolver este trabalho com propriedade. Também pude constatar que está adequada a forma como estou conduzindo o meu trabalho no AEE, que é baseado numa formação acadêmica que prima por conhecer cada aluno, suas habilidades e necessidades especiais, dando ênfase aos aspectos pedagógicos, não aos aspectos clínicos. (Relato 8).

CONCLUSÃO

Ao objetivar a análise do nível de aproveitamento acadêmico dos alunos que realizam um curso de aperfeiçoamento, visando à prestação de serviços na área da educação especial, conclui-se que tal análise perpassa os seguintes pressupostos: a estrutura e modalidade de oferta do curso, o método operacionalizado e a motivação para a aprendizagem dos alunos matriculados.

Quanto à estrutura e oferta, considerou-se que, sendo um curso na modalidade a distância, o método que dinamiza o curso necessita ser bastante objetivo, com metas e ações que viabilizem a aprendizagem. É preciso, nesse sentido, desenvolver práticas pedagógicas viáveis e próximas à realidade educacional de cada aluno.

O método de trabalho utilizado no curso deve especificar as ações de modo claro, o que sugere certa condução e assertividade em todos os momentos do processo de aprendizagem. As atividades dirigidas e imediatamente avaliadas tendem a melhor aceitação e produtividade na direção dos objetivos de aprendizagem pautados.

No que se refere à motivação dos alunos para a realização de um curso de aperfeiçoamento na área da educação especial, evidenciam-se os fatores ligados ao desenvolvimento pessoal e profissional, nessa ordem. A constituição do ser professor parece ligada ao desenvolvimento de ser pessoa, valores e história de vida.

O investimento na formação de professores consiste em uma ação que deve ser permanente ou continuada. As trajetórias desse processo podem e devem ser diversificadas. Isso se deve ao fato de compreender que a busca por cursos de aperfeiçoamento ou atualização por parte de profissionais em serviço que viabilizam esse aperfeiçoamento vem na maior parte das vezes ligada às histórias de vida. O compromisso com a educação continuada precisa ser incentivado e ofertado, muito embora a escolha e a conclusão dessa formação dependa, inicialmente, daquele que a realiza, nesse caso, o professor que atua área da educação especial. Ainda assim, destaca-se que a estrutura e oferta de um curso dessa natureza devem atender aos ideais de um padrão de excelência.



[**PARTE II**]

RELATO 1

UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

GARRAFÃO DO NORTE – PA

AUTORA: MÔNICA APARECIDA DA CRUZ

ORIENTADORA: ANDRÉIA JAQUELINE DEVALLE RECH

TUTORA: GISLAINE GÜNDEL MEZZOMO

O curso Atendimento Educacional Especializado-AEE é um caminho necessário para todos os profissionais da educação. Por isso, tive oportunidade de realizá-lo indicada por uma amiga da área acadêmica que estava concluindo o curso e já havia relatado suas contribuições no ambiente educacional referentes à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Meu objetivo, ao ingressar nesse curso, era poder desfrutar de conhecimentos necessários para adotar técnicas e procedimentos metodológicos no envolvimento do ensino-aprendizagem de alunos com algum tipo de deficiência. Além disso, compartilhar experiências com todos os participantes da turma, como ainda não tinha passado por nenhum outro processo formativo na área da educação especial e/ou da educação inclusiva. Essa oportunidade despertou meu interesse por auxiliar na minha formação continuada e contribuir na minha prática em sala de aula, atendendo melhor as particularidades dos alunos que fazem parte do contexto escolar no qual estou inserida.

A realidade educacional que me integro se configura no município de Garrafão do Norte-PA, em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de porte médio que atende uma clientela de aproximadamente mil e setecentos estudantes, sendo que apenas sete alunos com necessidades especiais apresentam laudo médico e são incluídos nas séries normais, do primeiro ao quinto ano. Percebe-se que do sexto ano ao nono ano existem alunos com necessidades educacionais especiais, porém não dispõem de nenhum documento comprovando essa situação, pois, segundo informações da comunidade escolar, as famílias em muitos casos se recusam a apresentar dados sobre o aluno matriculado, dificultando o processo de ensino, o qual necessita de uma parceria entre a escola e a família.

Na instituição escolar não há sala de recursos para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, os materiais disponíveis para o trabalho com essa clientela são poucos, a maioria são confeccionados pelos educadores. Os alunos especiais são presentes na maioria das séries com, aproximadamente, um aluno por turma. Vale ressaltar que este ano foram enviados para a escola alguns materiais didáticos voltados à inclusão no ambiente escolar, porém muitos profissionais da educação não possuem um direcionamento adequado para a utilização dos recursos e quase não usam esses materiais.

Mediante os temas estudados durante o curso, cada assunto exposto teve aproveitamento em diversos aspectos, porém alguns itens merecem destaque, como o público-alvo do AEE, que são os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, as garantias legais desse tipo de atendimento para os estudantes no ambiente escolar, a necessidade da sala de recursos multifuncional, organização física, humana e pedagógica.

Outra temática abordada no curso merece destaque, as Tecnologias Assistivas-TA e sua utilização no campo escolar direcionada para o aluno com deficiência. A TA é um termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Cook e Hussey (1995, apud BERSCH, MACHADO, 2011, p. 7) definem a TA “como uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para melhorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências”. Ou seja, elaborar adaptações para determinado utensílio que pode ser usado para diversas finalidades como, por exemplo, ajudar na alimentação e preparo de alimentos.

Em relação ao tema sobre a deficiência física, também abordado no curso, nota-se a importância de promover o comportamento lúdico para crianças que apresentam esse quadro levando em consideração as particularidades de cada indivíduo e o grau de carência que cada pessoa possui. Além disso, também deve-se considerar os materiais a serem utilizados, brinquedos e processos de intervenções na busca de novas possibilidades.

Para Menezes, Canabarro e Munhoz (2011, p. 143) “o que caracteriza a deficiência mental são, basicamente, as defasagens e alterações nas estruturas mentais que possibilitam o processamento das informações”. Nesse mesmo contexto não se pode deixar de ressaltar as grandes contribuições da abordagem interacionista de Jean Piaget e a abordagem sociointeracionista de Lev. S. Vygostsky, ambas destacando papel determinante para a interação do sujeito com o mundo que o cerca, contribuindo de forma profunda para o desenvolvimento de pessoas com deficiência mental.

A discussão sobre alunos cegos e com baixa visão foi outro tema relevante, pois tratar sobre os instrumentos e materiais confeccionados ou adaptados que podem servir no envolvimento do processo de ensino aprendizagem, o Braille, é elemento essencial no atendimento desse público.

No que diz respeito aos alunos surdos, a língua dos sinais se destaca, pois, segundo Casarin (2011, p. 211), “hoje consideramos que a Língua de Sinais é o único meio efetivo de comunicação entre os surdos, possibilitando-lhes se desenvolver linguístico-cognitivamente”.

No tema sobre a surdocegueira e deficiências múltiplas, observa-se o grau de complexidade para direcioná-lo no âmbito educacional, porém são visíveis as dicas para atender esse público na escola, que

requer maior dinâmica na prática pedagógica do professor e de toda a comunidade escolar com foco para uma educação inclusiva. A meu ver esse assunto foi o que mais exige dedicação e criatividade na busca de novas possibilidades de aprendizagem.

Em relação aos transtornos globais do desenvolvimento, dando ênfase para vários assuntos dentre eles o autismo, e base em Schwartzman (2005 apud, ALVES, GUARESCHI, 2011, p. 275), “não há uma única classificação para o autismo e, sim, um espectro de desordens autísticas, em que aparecem as mesmas dificuldades em graus de comprometimento variáveis”. Nesse módulo, foram salientados os sinais que uma criança pode apresentar quando tem algum problema de desenvolvimento e possíveis avanços na área educacional com esse público.

Os alunos com altas habilidades/superdotação também têm suas peculiaridades. Por isso é necessário que o professor do ensino comum reconheça os diferentes potenciais desses alunos, ou seja, que ele seja capaz de identificar os comportamentos de superdotação apresentados por eles. A partir disso, o professor poderá planejar estratégias e atividades que venham enriquecer o conteúdo escolar, de forma a ampliar e aprofundar os conhecimentos na área de identificação das altas habilidades/superdotação dos referidos alunos. Além disso, o material do curso também destaca a Teoria das Inteligências Múltiplas. De acordo com Gardner (2000, p. 47 apud VIEIRA, 2011, p. 311), as inteligências se constituem “[...] um potencial biopsicológico para processar informações que pode ser ativado num cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura”. Nesse contexto não há como negar as contribuições dessa

teoria no atendimento especializado de todos os alunos e não apenas daqueles que apresentam altas habilidades/superdotação.

Mediante o contexto em que analiso todas as temáticas vinculadas ao decorrer do curso, observo que existe uma junção de apoio na busca de um desenvolvimento educacional voltado para os alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, o papel articulador desse processo é o educador, que deve estar amparado com o propósito de transformar por meio das experiências que já foram arrecadadas e edificar suas capacidades na busca constante de novas possibilidades de envolvimento do processo de ensino aprendizagem, lapidando uma educação inclusiva.

No decorrer do curso são relevantes suas contribuições tanto na área profissional quanto na área pessoal, pois determinados temas estudados são reflexo do contexto escolar pelo qual faço parte. Refleti sobre as práticas utilizadas, as informações que na escola, em muitos casos, passa despercebida, as garantias legais para o público com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Enfim, abriu o caminho para um novo olhar sobre a educação inclusiva. Vejo que a continuidade do estudo nesse setor é de fundamental importância. Além de dividir conhecimentos, é essencial para as mudanças adequadas no ambiente escolar, já que a base foi disponibilizada pelo Curso do AEE. As ações inclusivas que vão servir de apoio em meu trabalho são a confecção ou adaptação de materiais que podem ajudar determinada particularidade do aluno, a observação minuciosa e a pesquisa bibliográfica e prática de determinados casos, a busca do apoio familiar e da comunidade escolar, além de outras ações que só vou saber quando estiver atuando no contexto.



[PARTE II]

RELATO 2

CURSO AEE: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

MOGI DAS CRUZES – SP

AUTORA: ROBERTA MORETTI DA SILVEIRA PADULLA

ORIENTADOR: ARLEI PERIPOLLI

TUTORA: CATIA MACHADO

Ao chegar o momento de me definir enquanto profissional e, consequentemente, na escolha do curso a seguir, percebi as vantagens e missão do magistério, em ser professora na área da Educação Especial, uma vez que uma de minhas tias era diretora de uma instituição educacional que atendia pessoas com deficiência e, desde pequena, para mim foi muito natural conviver com as crianças que lá estudavam, eu participava dos eventos e de muitas outras atividades da escola.

Ainda como aluna do curso de Pedagogia, mas já formada no magistério, no final da década de 80 iniciei o meu primeiro emprego como professora em uma instituição educacional que atendia pessoas com deficiência em Mogi das Cruzes.

O trabalho junto a pessoas com deficiência, além de realização profissional, pessoal e social, representou para mim um grande desafio, pois senti a necessidade de uma formação que me capacitasse a desenvolver atividades adequadas àqueles alunos.

Aproveitei todas as oportunidades que me foram dadas para a realização de cursos na área e era gratificante colocar em prática o aprendizado adquirido e observar os resultados e os novos caminhos que por vezes se desvendavam.

A paixão pelo trabalho e a admiração pelas pessoas que tive o privilégio de ter como alunos me traziam energia para buscar mais a cada dia.

Ao final da década de 90, ingressei na área da deficiência visual e novamente senti a preocupação quanto à minha formação para a realização deste trabalho, pois percebia que não bastava ser uma profissional da educação especial, uma formação genérica, pois a área da deficiência visual tinha suas especificidades, e prova disso era a falsa ideia de que o aprendizado do Braille seria suficiente para a

realização do atendimento em questão, pois alguns alunos possuíam baixa visão e, sendo assim, não utilizariam o Braille.

Escolhi a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e ingressei no curso de Habilitação em Educação de Deficientes Visuais. A teoria aliada à prática também se tornou fator importante na minha formação.

Os conhecimentos adquiridos nesse curso descortinaram muitas possibilidades de atendimento à criança deficiente, porque, a partir da formação recebida, pude vislumbrar diferenças que antes não percebera, o olhar para cada aluno da Sala de Recursos para Deficiente Visual-SRDV, e as perspectivas de novas formas de trabalho específicas a cada uma das necessidades detectadas. Isso se revelou de forma diversa e, ao rever os planos de trabalho já delimitados, percebi que a formação do profissional é determinante no sucesso do atendimento, sucesso esse cuja tradução mais fiel à realidade é a realização do aluno que estivera aos meus cuidados.

No ano 2000, fui aluna do primeiro Curso de Especialização em Orientação e Mobilidade no Brasil, que seria realizado pela Universidade Cidade de São Paulo-UNICID e, com essa nova formação, passei a incluir treinos de Orientação e Mobilidade mais amplos, como meios de transportes em áreas vizinhas da escola e não somente no ambiente escolar.

Em 2002, na ânsia de buscar mais informações e, por consequência, ampliar minha formação, ingressei no curso de Especialização em Educação, que favoreceu ainda mais meu crescimento profissional.

A cada curso, a cada novo conhecimento, novas ideias e projetos foram nascendo, sempre buscando o objetivo maior: qualificar o desenvolvimento global das pessoas que atendia.

Mas, como ser em eterna construção e sabedora de que para realizarmos um trabalho de qualidade devemos buscar sempre novos saberes que nos provoquem reflexões e que nos conduzam a uma mudança e construção de novos conhecimentos, decidi me inscrever no curso de AEE, na expectativa de me deparar com novas informações, contatos, e conexões a serem feitas.

Sou membro da equipe de profissionais de um Centro de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais da Secretaria Municipal de Mogi das Cruzes e atuo no Setor de AEE – Salas de Recursos Multifuncionais das escolas de nossa rede.

Esse setor, o Pró-Escolar, possui a missão de Promover a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência e daquelas em risco social, dando a elas a possibilidade de se desenvolverem integralmente, buscando a diminuição das diferenças como alicerce para o exercício da cidadania.

O Público-alvo são alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de Mogi das Cruzes, alunos de escolas públicas (prioritariamente alunos da rede municipal de educação), professores e munícipes.

A Equipe do Pró-Escolar está dividida nos seguintes setores:

- Setor de Avaliação Multi/Interprofissional, composta pela Equipe de Avaliação com os seguintes profissionais: fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos e fisioterapeutas;
- Acompanhamento Multi/Interprofissional, seja individual ou em grupo nas seguintes áreas: Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia, Pedagogia Especializada (Deficiência Visual, Deficiência Auditiva, Deficiência Mental, Condutas Típicas/Superdotação e Estimulação Precoce);

- Setor de AEE – Salas Multifuncionais, composta de 12 professores da rede municipal capacitados para o AEE (serviço em implantação).

A capacidade de atendimento do Pró-Escolar é de cerca de 1.000 alunos dos níveis Infantil, Fundamental, EJA e Universitários. Os alunos do Ensino Médio ficam sob a responsabilidade das Salas de Recursos das escolas da Rede Estadual de Educação.

As Salas de Recursos sediadas no Pró-Escolar são:

- SRDV – Sala de Recursos para Deficientes Visuais;
- SRDA – Salas de Recursos para Deficientes Auditivos;
- SRDM – Salas de Recursos para Deficientes Mentais;
- SRCT – Salas de Recursos para Condutas Típicas e Superdotação;
- SREP – Salas de Recursos para Estimulação Precoce.

As SRDV, SRDA, SRDM e SRCT são exclusivamente para alunos que apresentem tais deficiências como forma mais necessária de oferta do serviço, podendo também contemplar aqueles que possuem mais de uma deficiência (Deficiência Múltipla). Já a SREP atende a todas as deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD. Busca-se, sempre que necessário, o atendimento interdisciplinar.

Todas as Salas de Recursos possuem equipamentos, materiais e mobiliários necessários para realização dos atendimentos com qualidade.

O Pró-Escolar foi criado por meio de uma política pública municipal que proporcionou a construção de uma sede própria para acolher o Centro, mais a compra de tudo que foi previsto no Projeto Inicial de 2006, com verba unicamente municipal.

Após a parceria com o MEC/SECADI, o município de Mogi das Cruzes recebeu Salas de Recursos Multifuncionais para serem implantadas nas escolas municipais. Para Mogi das Cruzes, essas Salas complementam um atendimento que já existe no município há mais de 20 anos nas escolas Estaduais (nas áreas da Deficiência Mental, Visual e Auditiva) e há sete anos na rede municipal, que são as Salas de Recursos.

Sendo assim, os conteúdos oferecidos pelo Curso de AEE em questão, vieram ao encontro, como já abordado, a colaborar, propondo reflexões diferentes a partir de velhas questões, uma vez que viemos de um lugar posto de professor e de onde me alimento, juntamente ao que sou, o que trago de bagagem de vida, me proporcionando a oportunidade de um novo jeito de ser, entendendo as construções que faço para o “estar e fazer professor de AEE”.

Um dos conteúdos desenvolvidos pelo curso AEE, Deficiência Visual, foi relevante, pois é a minha área de atuação mais direta, por também exercer a orientação técnica da Sala de Recursos para Deficiente Visual do Pró-escolar. Alguns conhecimentos foram agregados aos já construídos em outros momentos, provocando uma nova forma de olhar alguns casos. Igualmente importante destacar os procedimentos pedagógicos, como os momentos de chats, nos quais a interação com os colegas, tutor e professor tiveram grande valor, e as aulas ao vivo, foram fundamentais. Os materiais apresentados e as informações oferecidas foram responsáveis por um aumento de bagagem na área.

A sensação no final desse curso é de satisfação, de aproveitamento do investimento realizado (tempo) e uma vontade de buscar mais e mais, pois como diz Paulo Freire “somos todos seres em eterna construção”.



[PARTE II]

RELATO 3

PERSPECTIVA DE SUCESSO PARA O APRENDIZADO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

NITERÓI – RJ

AUTORA: ADRIANA TEIXEIRA GONÇALVES

ORIENTADORA: CARMEN ROSANE SEGATTO E SOUZA

TUTORA: CAMILA MACHADO CEBALHOS

O objetivo pelo qual me matriculei no curso de AEE é o de me preparar e qualificar na área. Visei continuar a minha formação, e também facilitar a atuação como docente de alunos com necessidades educacionais especiais.

A minha formação acadêmica é em Pedagogia e a Especialização em Educação Especial, realizada na Universidade Federal Fluminense, localizada na Cidade de Niterói (RJ).

Atualmente, sou coordenadora pedagógica e professora de uma turma com comprometimento fisio-motor. A turma é de alunos com idade avançada, que não tiveram oportunidade de se alfabetizar no período correto de idade/série.

O projeto é intitulado “Alfabetização Digital” e tem, em média, oito alunos matriculados. Nesse projeto, há dois profissionais que são especializados na orientação e condução do processo ensino-aprendizagem: eu exerço o papel de mediadora, com formação em Pedagogia, e o professor de Informática conduz as ferramentas técnicas na área. Logo após serem alfabetizados, os alunos são incluídos nas escolas da rede municipal de ensino.

A unidade que trabalho é vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Fundação de Apoio às Escolas Técnicas- FAETEC, situada no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro.

A Fundação de Apoio às Escolas Técnicas tem como atribuição principal a formação técnica-profissional. Porém, nossa unidade apresenta um perfil diferenciado de atendimento, por ter firmado um convênio com a FAETEC e a Associação Niteroiense de Deficientes Físicos- ANDEF.

A minha atuação como coordenadora nessa unidade é diferenciada de outros estabelecimentos escolares, pois a minha atribuição principal é alocar todas as pessoas com necessidades especiais que chegam

a nossa unidade em cursos profissionalizantes. O perfil da instituição é profissionalizar para o mercado de trabalho.

Nesse estabelecimento atendemos, em média, 800 alunos, entre pessoas com e sem deficiência.

A partir do trabalho desenvolvido em nossa unidade, buscamos incluir e aproximar o máximo possível as pessoas com necessidades especiais no ambiente social, educacional e cultural, criando, assim, possibilidades e condições de respeito à dignidade humana.

No momento, temos em nossa unidade uma sala de atendimento educacional especializado, que se chama “Reforço Escolar”. Seu objetivo principal é dar apoio pedagógico aos alunos que apresentem dificuldades na aprendizagem. Desejamos melhorar a qualidade do atendimento e precisamos de equipamentos mais específicos às necessidades dos educandos. E, também, adequar o espaço com mobiliário apropriado. A iniciativa já foi tomada, agora devemos dar continuidade ao trabalho.

Com relação aos conteúdos estudados durante o curso, a meu ver, todos tiveram sua contribuição e pertinência acadêmica. Mas, o módulo II sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi o que mais me identifiquei. Nesse módulo, houve esclarecimento quanto ao conceito, definição, atribuição, público-alvo, procedimentos e implantação desse tipo de atendimento. E, principalmente, a aplicabilidade deste na condução do processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Cabe aqui ressaltar a importância do Atendimento Educacional Especializado e também salientar o diferencial entre o AEE e o reforço escolar.

É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configura como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum. O professor deverá de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades (ALVES; GUARESCHI, 2011, p. 36).

Na verdade, destaquei essa citação para sinalizar que a denominação, Sala de Reforço, implantada em minha unidade escolar realiza essas inovações quanto ao aprendizado das pessoas com necessidades educacionais especiais. Posteriormente, a intenção é de transformar esse espaço em Sala de Apoio Pedagógico. Com materiais mais adequados e recursos que atendam a singularidade de cada sujeito.

A priori, o atendimento está especificamente direcionado às pessoas com deficiências físicas e múltiplas deficiências, que estão matriculados na rede regular de ensino do 1º ao 5º ano de escolaridade.

O Atendimento Educacional Especializado já está sendo realizado na minha unidade. A partir do Curso do AEE, ficou evidente a abrangência e pertinência, no sentido de dar continuidade às discussões em nossa escola e contexto de trabalho.

Cabe destacar que os conhecimentos construídos por meio do Curso possibilitaram a continuidade das minhas ações pedagógicas, pautadas em uma prática inclusiva mais coerente para os profissionais permanecerem sensibilizados e abertos à diversidade que demanda as escolas, dentro de uma perspectiva que promova o desenvolvimento educacional, tendo em vista discussões contínuas em meu contexto de trabalho.



[PARTE II]

RELATO 4

INCLUSÃO ESCOLAR – A VEZ DAS DIFERENÇAS

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

AUTORA: FÁTIMA APARECIDA DOS REIS BARROS

ORIENTADORA: CLARISSA DA SILVA OLIVEIRA

TUTORA: DENISE MEDINA FIDDLER

Sou professora com 26 anos de atuação, há quatro fui eleita diretora da escola onde consecutivamente trabalhei. Sempre sonhei com momentos melhores para os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, até porque também fiquei deficiente depois de ter sido acometida de um assalto onde fui baleada e, em consequência disso, adquiri lesão medular, hoje me locomovo com uso de muletas. Na época, estava cursando faculdade de pedagogia, vivenciei momentos difíceis, realmente vi a necessidade da inclusão e reconheço ser uma questão de direitos humanos.

Minha expectativa em relação ao curso oferecido por esta conceituada Universidade foi amparada em tudo que li e absorvi das leituras dos módulos do curso. Deparava-me sempre com muitas dúvidas em relação a alguns assuntos, assim como as normas legais que amparam o aluno deficiente, orientação e mobilidade, práticas educativas e os detalhes de cada deficiência.

Como educadora da rede regular de ensino, atuando como professora, minha experiência na educação inclusiva teve início nos anos 80, quando trabalhei com as turmas especiais por vários anos. Tive oportunidades de frequentar vários treinamentos promovidos pela Delegacia de Ensino de Teófilo Otoni, em Minas Gerais. Hoje faço relação do que aprendi na época e vejo as ideias errôneas do passado.

Ao longo da minha convivência com crianças com deficiências incluídas na escola comum, sempre busquei desenvolver um trabalho de qualidade, carinho e respeito, o que despertou em mim o desejo de atuar na Sala de Recursos Multifuncional, onde me permitirá repassar meus conhecimentos contribuindo para que a inclusão verdadeira aconteça na prática.

Moro em Teixeira de Freitas, no extremo Sul da Bahia, a cidade é bastante desenvolvida, com muitas escolas e uma equipe de bons profissionais que representam a Secretaria Municipal de Educação.

Percebemos que a questão da inclusão de alunos com as mais diversas deficiências na rede regular de ensino eram tratadas de forma cadenciada com vários equívocos e sem grandes perspectivas. Porém, verifica-se que hoje o assunto tem sido discutido por educadores, gestores, pais, com preocupação e ansiedade por envolverem reestruturações físicas das escolas, adequações de recursos pedagógicos e, principalmente, a formação continuada de professores. A cidade hoje tem cinquenta e seis escolas, nenhuma tem sala de recurso com atendimento especializado e somente duas possuem, em caráter precário, estrutura física adaptada pra receber o aluno com deficiência, o que dificulta o trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas na rede regular de ensino.

Após elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional da Secretária Municipal de Educação e um capítulo voltado para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, várias metas, estratégias, ações foram alçadas pela a instituição maior, fazendo com que as escolas tenham mais esperanças de autonomia para garantir a defesa dos direitos e uma prática pedagógica eficiente e eficaz de referência para os alunos.

Somos conhecedores de que a inclusão não é apenas uma questão de direitos educacionais negados aos alunos com necessidades educacionais especiais, as situações de integração a que esses alunos são submetidos demandam ações decisivas e urgentes e medidas drásticas, que as revertam radicalmente.

A escola que trabalho denominada Escola Municipal Nosso Lar é de pequeno porte, localizada em um bairro bastante carente. Iniciamos o ano 2011 com 300 alunos matriculados nos períodos matutino, vespertino e noturno, desses, dois têm necessidades educacionais especiais com laudo médico, são alunos com deficiência visual, sendo uma aluna cega e outros alunos com visão subnormal estudantes do 4º ano do ensino fundamental séries iniciais. Como mencionei, não temos sala de recursos, contamos com a colaboração de uma equipe de profissionais especializadas que atua no “Programa Educação Esperança”. As escolas, depois do diagnóstico cognitivo concluído, encaminham os alunos com necessidades de aprendizagem, distorção idade e série para o programa onde são realizadas intervenções pedagógicas num trabalho de estimulação, psicologia, entre outros.

Com a ajuda da coordenadora pedagógica da escola, que tem um pouco de habilidade e conhecimento com o Sistema Braille e trabalha com os alunos com deficiência visual, recebo orientação quanto às metodologias, intervenções e práticas pedagógicas, confecção de materiais, orientação e mobilidade e o uso dos materiais que recebemos da Secretaria de Educação Especial do MEC, tais como livros de literatura e didáticos em Braille.

Dos módulos estudados, para mim todos tiveram importância relevante, absorvi conhecimentos significativos e aplicáveis, porém o módulo VI- Atendimento Especializado para alunos cegos e com baixa visão com a professora Elizabet Dias de Sá me trouxe maiores contribuições por viabilizar um trabalho junto a professora, ajudando-a no necessário, já que ainda não temos o atendimento especializado.

De acordo com as leituras desse módulo, as crianças cegas, mais do que as outras, devem entrar em contato com os elementos da natureza e ter a

oportunidade de explorar os estímulos do ambiente, aprender a tocar, sentir, perceber odores e sabores, dimensões e texturas, tamanhos e formatos, discriminar sons, vozes e ruídos, pular, correr, saltar. Todas essas ações devem ser valorizadas pelo educador dentro e fora da sala de aula no contexto das situações de aprendizagem. Os seres e os objetos precisam ser conhecidos para serem reconhecidos, apresentados para serem representados, pois é a partir da experiência concreta que se torna possível representar a realidade, desenvolver o pensamento abstrato e a função simbólica.

Com os alunos cegos que estudam nessa escola organizamos um trabalho que possibilite seu desenvolvimento em relação à formação de hábitos de postura, destreza tátil, sentido de orientação, esquemas e critérios de ordem e organização, o reconhecimento de desenhos, gráficos, diagramas, mapas e maquetes em relevo, dentre outras habilidades.

Orientamos a professora a valorizar o comportamento exploratório, a estimular os sentidos remanescentes, a iniciativa e a participação ativa dos alunos cegos. Algumas atividades predominantemente visuais são adaptadas com antecedência, e outras durante a sua realização, por meio de descrição, informação tátil, auditiva, olfativa.

O uso de slides, gravuras, cartazes, fotos, ilustrações e outros recursos visuais são precedidos de informação e descrição oral de forma objetiva e sucinta pela professora e colaboradores, assim como as demais colegas, direção e coordenação. As atividades de Educação Física são adaptadas com o uso de barras, cordas, bolas e com guizo. Os alunos com deficiência visual ficam próximo da professora recebendo orientações e pistas táteis dos exercícios demonstrados para a turma toda. Dessa forma, eles participam ativamente das atividades com motivação e segurança.

Sabe-se, no entanto, que mais importante que definir uma metodologia de ensino é viabilizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, considerando-se a condição visual dessas crianças e aí é que se cruzam as situações, trabalhamos em um prédio alugado onde se faz necessária toda uma reforma de infraestrutura, mas enquanto não acontecem às reformas de fato, vamos implementando as adaptações.

Há várias possibilidades de dar continuidade a tudo que aprendi, o meu desejo é ser reconhecida enquanto agente multiplicador de todos os conhecimentos adquiridos através do curso. Pelas políticas públicas acreditamos que mais cedo do que esperamos o município receberá as salas multifuncionais, o censo escolar nos garante essa possibilidade e assim poderei colaborar para que, de fato, a inclusão de alunos com necessidades especiais aconteça.

Convém ressaltar, no entanto, que as inúmeras restrições decorrentes da deficiência visual por si só não são suficientes para revelar os limites e as possibilidades do sujeito. É preciso considerar um conjunto de fatores que incidem sobre o desenvolvimento, a aprendizagem, a personalidade, o desempenho de tarefas corriqueiras, as condições a serem modificadas, os recursos disponíveis, as habilidades cognitivas que podem ser desenvolvidas e outros aspectos do contexto no qual se vive. Neste sentido, a deficiência visual não deve ser concebida como incapacidade, impedimento ou condição limitante.

O paradigma da inclusão parte do princípio da igualdade de oportunidades, no entanto, verifica-se que a tão almejada igualdade está presente nos discursos políticos e nas legislações, porém distante da realidade vivenciada pelos alunos com necessidades educacionais especiais.



[PARTE II]

RELATO 5

O AEE SOB O OLHAR DE UMA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VÁRZEA GRANDE – MT

AUTORA: ADRIANA ROBERTA FERREIRA DOS SANTOS DOMINGOS

ORIENTADORA: CLAUDIA FLORES RODRIGUES

TUTORA: TÁSIA FERNANDA WISCH

Enquanto aluna da 5ª edição do Curso de Atendimento Educacional Especializado, percebi, no decorrer dos estudos, principalmente na sala de bate-papo, a necessidade de rever algumas posturas com relação a minha prática enquanto Educadora e enquanto Técnica da Equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande – MT, principalmente sobre a flexibilização de tempo, no cumprimento das tarefas, postagens nos fóruns e participação na sala de bate-papo.

Alguns objetivos foram traçados ao iniciar o curso, como: desenvolver um trabalho voltado para orientar as escolas, pais e, mais especificamente, os professores de AEE, discutir as práticas e trocar experiências coletivamente e, comparando com a participação na edição anterior, eles foram alcançados, pois participei mais nas salas de bate-papo, trocando experiências fantásticas com as outras alunas.

Sempre afirmo que o ano de 2005 para a Educação Especial em Várzea Grande foi um divisor de águas. Explico: mesmo com o respaldo da Lei Orgânica em seus artigos 175, inciso III, 177 e 181, reforçado pela Lei do Sistema nº2.363/01, artigos 6º, inciso III, 47, §único, 48 e incisos, 49 e incisos antes de 2005, a Educação Especial foi constituída através de ações desenvolvidas com bases no processo de Integração, isto é, tinha como proposta de Atendimento Educacional em Classes Especiais e Escolas Especializadas e destinada ao aluno que apresentava um Laudo Diagnóstico, comprovando a deficiência. Caso contrário, o aluno continuava matriculado em salas regulares, sem nenhuma identificação de necessidades educacionais especiais, repetindo a mesma série por longos anos.

A Rede Municipal contava com três escolas que tinham Salas Especiais e o atendimento era organizado por categoria, totalizando atendimento para 48 alunos, conforme Censo Escolar/2004, sendo que os

alunos que apresentavam maior comprometimento eram encaminhados para as Escolas Especializadas, como: Sociedade Pestalozzi, CHP (Centro de Habilitação Profissional) e Escola Especial Luz do Saber, todas situadas em Várzea Grande, porém, localizadas em regiões distantes.

Em 2005, com o fim de um longo e doloroso processo de subserviência política, a nova equipe de governo municipal constituiu uma Equipe de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composta por profissionais das diversas áreas (Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psicopedagogo e Pedagogo), cujo objetivo foi implementar Políticas Públicas que garantissem a acessibilidade e permanência, bem como implantar serviços de Apoio Especializado com base na nova Política Nacional voltada para a proposta de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, tais como:

- Levantamento de demanda, com dados estatísticos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, através de triagens, avaliação diagnóstica e encaminhamentos necessários para a captação de um banco de dados;
- Implantação dos Serviços de Apoio Especializados, através das Salas de Recursos em cinco Escolas Pólos, bem como a oferta de uma Auxiliar em sala para aqueles alunos com graves comprometimentos e mobilidade reduzida;
- Articulação para estabelecer mecanismo de cooperação entre a educação e o mundo do trabalho, através de parcerias com Organizações Governamentais e Não Governamentais e a iniciativa privada para o desenvolvimento de Programas de Qualificação Profissional.

O Centro Municipal de Atendimento Especializado e Apoio à Inclusão “João Ribeiro Filho”, criado e denominado através de uma Lei Municipal 2008, fundamentado na concepção da inclusão, com atendimento terapêutico (psicoterapia, fonoterapia, fisioterapia, hidroterapia, terapia ocupacional, estimulação essencial, equoterapia, educação física adaptada); serviços de itinerância (avaliação e intervenção psicopedagógica, orientação e assessoramento aos profissionais da escola e pais); formação para professores do ensino regular (salas comuns e atendimento educacional especializado).

Na Secretaria Municipal de Educação, hoje temos 21 Salas de Recursos Multifuncionais-SRM com todos os equipamentos e materiais necessários para o atendimento educacional especializado e elaboramos como metas:

- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas;
- Estabelecer Políticas Efetivas de Educação Especial no Município, orientadas pelo Conselho Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes no que se refere à flexibilização dos currículos e à avaliação pedagógica com vistas à progressão dos educandos;
- Garantir a oferta de cursos de formação permanente para os profissionais que atuam no atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais, capacitação de professores intérpretes, Braille e Sorobã;

- Articular ações e estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, sob responsabilidade de organizações governamentais e parcerias com as não governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para aos alunos com deficiência mental ou múltipla que não apresentem resultados de escolarização até os dezesseis anos.

Percebido que o objetivo maior é provocar o professor e o aluno para que revejam suas práticas à luz de novos marcos teórico-metodológicos e apresentem soluções para velhos problemas educacionais, entre eles, a exclusão dos alunos com deficiência do ensino regular, todos os módulos estudados foram pertinentes e um, especificamente, o módulo IX, sobre autismo chamou minha atenção. É engraçado quando as pessoas acham que não têm muitas pessoas com deficiência em Várzea Grande, mas na hora que se deparam com elas em salas de aula comuns, frequentando os mesmos ambiente das pessoas que não têm deficiência, ou no Centro de Atendimento, percebem que esse número não é inexpressivo.

Temos muitos casos de autismo com laudo médico e inúmeros com suspeita. O que percebo é que cada criança tem uma atitude diferente da outra, não existe um “padrão” de atitudes, algumas são extremamente quietas, quase imóveis, e outras é preciso segurar o tempo inteiro, para preservar sua integridade física, pois se automutilam.

Portanto, nós, professores atuantes na Educação Especial, devemos ter como pressuposto que todos os alunos têm direito de estar juntos, convivendo e aprendendo. Convém estarmos atentos às possibilidades

de acesso, tanto físico como de comunicação, a partir do conhecimento e dos recursos necessários e disponíveis para o desenvolvimento pleno do humano, bem como termos a clareza das características próprias de nosso trabalho. Também não podemos esquecer a amplitude do nosso olhar em relação aos colegas da sala comum, à equipe escolar como um todo e à comunidade, principalmente, à família do aluno, respeitando as diferentes formas de aprender, ensinar e se relacionar.



[PARTE II]

RELATO 6

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA A QUALIDADE DA PRÁTICA DOCENTE

CARIACICA – ES

AUTORA: JANAINA DELFINO PEREIRA GUILHERME
ORIENTADORA: FABIANE ROMANO DE SOUZA BRIDI
TUTORA: CAROLINE CORRÊA FORTES CHEQUIM

Sabemos que o contexto educacional é composto pela diversidade, assim novas demandas se apresentam e a equipe escolar deve estar preparada para atender a todos os sujeitos com respeito e dignidade. Dessa forma, a qualificação para que o atendimento ocorra com qualidade é uma necessidade.

À luz dessa perspectiva, acredito na importância da formação para a qualidade da prática docente. Por isso, busquei participar desse curso de AEE, por possibilitar conhecimentos teóricos e práticos acerca da inclusão, ampliando as oportunidades de intervenções, como também de aprendizagens por parte dos alunos atendidos. As competências e habilidades apreendidas no decorrer do curso corresponderam aos meus objetivos, uma vez que aprimoraram a minha prática e contribuíram para enriquecer as mediações oferecidas às crianças.

Na busca para oferecer um atendimento que fosse ao encontro das reais necessidades dos meus alunos, participei de dois cursos na área de inclusão e educação especial, são eles: Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília, e Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, pela Universidade Federal de Uberlândia, sendo ambos vinculados à Universidade Aberta do Brasil. A participação nesses cursos foram importantes para atuação com alunos deficientes, pois me forneceu base sólida de conhecimento para aplicar junto às necessidades específicas dos meus alunos.

Continuando na busca pelo conhecimento acerca da inclusão e as possibilidades e desafios dessa modalidade de ensino, iniciei o curso de AEE, tendo como meta aprimorar e enriquecer os saberes já adquiridos

sobre o tema. Assim, através dos conceitos legais, teóricos e práticos, pude obter êxito no tocante à aplicação destes no cotidiano escolar ao qual trabalho. Portanto, para fomentar a discussão acerca da prática inclusiva, primeiramente, necessitamos de bagagem teórica, para colocar em prática o que já existe no papel.

Atuo em uma Unidade Municipal de Ensino Infantil do Município de Vila Velha, no Espírito Santo. Esta foi recentemente inaugurada, apresentando, então, uma estrutura de qualidade e adaptada para garantir acesso para todos os alunos. O seu funcionamento ocorre no horário matutino e vespertino, atuando por dez horas diárias. No âmbito geral, há um bom relacionamento entre gestor, professores e funcionários, todos trabalham em equipe, sendo possível observar um espírito colaborativo entre os funcionários, objetivando um melhor funcionamento da escola em questão.

A unidade de ensino possui cerca de 250 crianças ao total, atualmente atende dois alunos com necessidades educativas especiais, sendo um no período matutino, incluído na pré-escola, que tem Síndrome de Down, e um no turno vespertino, matriculado no Jardim IV, que se trata de um aluno com Hidrocefalia, apresentando muita dificuldade de aprendizagem. Nessa escola, foi reservado um espaço para a sala recursos, mas até o presente momento não foi inaugurada, pois não chegaram os equipamentos necessários. Assim, os alunos são atendidos na brinquedoteca, que possui muitos jogos e materiais excelentes para serem trabalhados com os alunos.

Durante o período de participação no curso, pude me apropriar de conhecimentos significativos para atuação ao aluno da educação especial. Os conceitos acerca das deficiências e suas possibilidades

de intervenções enriqueceram e alargaram os meus discursos em relação às possibilidades de desenvolvimento das crianças. Dentre os módulos estudados, necessitei explorar um deles com mais ênfase, trata-se dos princípios do AEE, contidos no módulo II – Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O referido módulo deixa clara a regulamentação do AEE, quem são os alunos a serem atendidos, como também os direitos destes que devem ser respeitados pela comunidade escolar. Na escola onde atuo, tive a oportunidade de discutir com os educadores a importância da aceitação das diferenças e acolhimento dos alunos com deficiência, pois o aluno necessita perceber que o professor acredita no seu avanço, nas suas possibilidades de desenvolvimento.

Esse olhar diferenciado sobre o aluno, vendo-o como sujeito capaz de aprender e com singularidades é fundamental. Afinal, só poderemos investir na aprendizagem de um sujeito quando acreditamos nas suas potencialidades, desejando que essas aflorem e se tornem aliadas desse sujeito na busca por um estilo próprio para estar no mundo. Esse olhar possibilita ao aluno sair de um possível lugar de não saber para um lugar de sujeito em processo de aprendizagem, quanto na vida quanto na escola (ALVES; GUARESCHI, 2011, p. 42).

Em virtude das considerações acerca da relevância do curso de AEE, buscarei aplicar no contexto escolar os princípios e conceitos apreendidos, assim como permanecerei em busca de novos conhecimentos, pois, apesar das barreiras encontradas no ambiente escolar para que a inclusão se concretize, acredito que, com o embasamento teórico e o comprometimento de fazer a diferença, alcançaremos uma escola

inclusiva que atenda com qualidade todos os indivíduos, independentemente de suas singularidades. Desse modo, tentarei colocar em prática o conhecimento adquirido ao longo do curso, fazendo uma ponte entre teoria e prática, buscando melhoria no atendimento das crianças com necessidades educacionais no contexto escolar.

Por fim, acredito que para as atitudes inclusivas saírem do papel e serem efetivamente realizadas no cenário educacional, faz-se necessário conscientizar os profissionais da educação da importância desse espaço para o desenvolvimento da criança com necessidades educacionais, como também lutar para que os direitos desses alunos não sejam ocultados no contexto escolar.



[PARTE II]

RELATO 7

PRÁTICA DA PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

JACOBINA – BA

AUTORA: CARLA CINARA DA SILVA LUZ

ORIENTADORA: GIOVANA GINDRI

TUTORA: ELISANDRA CONTERATO

Nas férias deste ano, recebi o convite para atuar na Sala de Recursos da escola onde já leciono em séries regulares desde 2001. É visível a distância entre o disposto na legislação brasileira e a realidade das pessoas com deficiências, uma vez que, por diversos fatores, grande parte dessa clientela está fora da rede regular de ensino em várias cidades do país. Ainda há muito a fazer para que a lei seja observada e seguida com afinco, e são louváveis as iniciativas como a realização de cursos de capacitação relacionados à educação inclusiva (o que precisa ser estendido a mais educadores, devido à significativa demanda). Ainda é pouco, embora seja o começo. Assim sendo, resolvi buscar na internet algum curso que pudesse me auxiliar nessa nova etapa de minha vida profissional. Assim, me inscrevi no curso para formação dos professores para o Atendimento Educacional Especializado, desenvolvido na modalidade a distância, com o objetivo de fazer dele mais um instrumento de preparação e auxílio para minha atuação na Sala de Recursos Multifuncionais.

Trata-se da Escola Municipal Professora Beatriz Guerreiro Moreira de Freitas, no município baiano de Jacobina, a qual tem uma média de 250 alunos matriculados, sendo destes, seis atendidos pela nossa SRM que começou a funcionar em maio do corrente ano, ainda que sem os devidos recursos físicos e pedagógicos. Atendemos ainda dois alunos de outras Unidades de Ensino onde não há Salas de Recursos. Atualmente, nossa clientela é apenas de alunos com Deficiência Intelectual, cursando nas turmas regulares do 2º ano a Educação de Jovens e Adultos-EJA.

Vale ressaltar que, formada em Magistério em 1999, graduada em Letras Vernáculas em 2005 e pós-graduada em Estudos Literários em 2007, tenho toda a minha prática profissional voltada para turmas regulares,

embora nelas, por diversas vezes, eu tenha contracenado timidamente com a educação inclusiva, que era apenas uma formalização do direito que o aluno especial tem de frequentar salas regulares. Era, principalmente, um processo de angústia como profissional, vez que me faltava aporte para o desenvolvimento da aprendizagem desses.

O curso efetiva um amplo projeto de formação continuada de professores, incidindo na organização dos sistemas de ensino, orientando o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais em turno oposto ao frequentado nas turmas comuns, possibilitando ao professor que reveja suas práticas à luz dos módulos estudados, dos momentos de interação, atentando para novas interpretações, marcos teórico-metodológicos, situações da prática cotidiana com o alunado, tudo isso embasado na nova perspectiva da educação inclusiva.

Durante o estudo dos módulos, foi importante discutir coletivamente práticas para compatibilizá-las com os novos referenciais propostos em aprimorá-los.

Cada módulo ofereceu fundamentos básicos acerca dos tipos de deficiência, ressalta-se a relação entre tutores/orientadores com os professores (alunos do curso), formando uma rede, onde embora distantes fisicamente, virtualmente se uniram na busca pela informação, conhecimento, oferecendo oportunidades para que o professor e aluno se deparem com situações de desafio, enriquecendo a práxis de cada um deles.

De todos os módulos estudados, pude me identificar melhor com o módulo V, que trata da Deficiência Intelectual, o qual lido diariamente em meus atendimentos, pois é justamente este o meu público-alvo. Foi importante saber mais sobre as principais dificuldades enfrentadas por

eles, como a falta de concentração, entraves na comunicação e na interação e menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente.

Por conta de tais dificuldades, esses alunos precisam de espaço organizado, rotina, atividades lógicas e regras. O ponto de partida deve ser algo que mantenha o aluno atento, como jogos de tabuleiro, quebra-cabeça, jogo da memória e imitações de sons ou movimentos do professor ou dos colegas. Também é importante adequar a proposta à idade e, principalmente, aos assuntos trabalhados em classe. O interessante é que, sempre que possível e mesmo com um trabalho diferente, o aluno esteja participando do grupo. A tarefa deve começar tão fácil quanto seja necessário para que ele perceba que consegue executá-la, mas sempre com algum desafio. Depois, pode-se aumentar as regras, o número de participantes e a complexidade. O ensino especial tem sido alvo de críticas, pois embora promova o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças, não conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva. Fundamentando estas idéias, a Sala de Recursos é um mediador, um articulador do processo de inclusão dos alunos com deficiência mental, e é necessário não apenas minimizar a distância entre o ensino comum e educação especial, mas é imprescindível o estabelecimento de vínculos de apoio entre os sujeitos envolvidos no processo (MENEZES; CANABARRO; MUNHOZ, 2011). Pretendo, na prática cotidiana, dar continuidade às aprendizagens e utilizar os

conhecimentos construídos no decorrer do curso, até porque os alunos nos fazem ver a funcionalidade e verdade de tudo que lemos, ouvimos, estudamos e debatemos durante os módulos.

Além disso, sendo a Educação Inclusiva um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, criei um blog (www.aquiteminclusao.blogspot.com), o qual propõe fazer uso da ferramenta internet como meio de abordagem humanística, democrática, percebendo o sujeito e suas singularidades, sendo também um instrumento de buscas, uma revista digital de novas descobertas, um arquivo de sugestões, de dicas e, principalmente, um diário de bordo de um caminho a ser trilhado rumo à inclusão escolar.

Sei que preciso de muita formação, informação, mas também de atuação, pois só a prática me permitirá a busca por um ideal e não apenas pelo óbvio proposto. Tenho buscado firmar parceria com as famílias, com a escola e toda comunidade escolar. Educação é uma relação amorosa. É preciso apaixonar-se no ato. Estou me apaixonando! Vejo como fantástica a possibilidade de ainda reunir ensino e afetividade. Tenho certeza que não à toa denominaram como especial cada ser que nasce com o cromossomo do amor triplicado.



[PARTE II]

RELATO 8

APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS SOBRE AEE NA SALA DE RECURSOS

SAPUCAIA DO SUL – RS

AUTORA: JANETE BILHÃO FERREIRA

ORIENTADORA: JULIANE MARSCHALL MORGENSTERN

TUTORA: ELISA SILVEIRA CERENTINI

Ao iniciar meu relato pessoal sobre a experiência de fazer o Curso de Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado e os objetivos que me levaram a buscá-lo, falarei primeiramente sobre a minha experiência como docente, para situá-los dentro do contexto profissional no qual venho desenvolvendo meu trabalho. Trago também os aspectos relevantes vivenciados a partir da realização do curso.

Em Dezembro do ano 2000, concluí o curso de Magistério e, no ano de 2003, fui aprovada num concurso público para trabalhar como professora de séries iniciais numa escola municipal em Sapucaia do Sul-RS. Passei a atuar na área que me despertou maior interesse, a da alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental. No ano de 2003, iniciei o Ensino Superior, cursando Pedagogia – com ênfase em Educação Especial na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo - RS. À medida que o curso foi avançando e fui me apropriando do ensino, dos conhecimentos e dos questionamentos acerca da Educação Especial, cada vez me via mais interessada em ampliar meu saber nessa modalidade de ensino. Durante o ano de 2009, desenvolvi meu estágio em Educação Especial, numa turma de 2º ano da própria escola pública em que eu trabalhava. Nessa turma, havia 21 alunos e um deles fazia parte do público-alvo da Educação Especial, por apresentar a Síndrome do X-Frágil, que se enquadrava nas características dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. Para mim foi uma experiência totalmente nova e desafiadora, pois até então, eu não havia trabalhado com alunos que apresentassem necessidades especiais. Essa etapa proporcionou desenvolvimento profissional, tanto na prática quanto

na teoria e também serviu para despertar a vontade de trabalhar na Sala de Recursos Multifuncional, que no ano seguinte seria aberta na Escola.

Em Abril de 2010, a Sala de Recursos Multifuncional iniciou o Atendimento Educacional Especializado, tendo sob minha responsabilidade seis alunos no turno da tarde. No turno da manhã, outra colega atendia a quatro alunos. Inicialmente, senti muita dificuldade e tive muitas dúvidas sobre esse trabalho, pois os conhecimentos adquiridos no curso de Pedagogia davam um enfoque maior ao conhecimento das deficiências, de suas especificidades e da atuação em sala de aula, abordando de forma superficial o Atendimento Educacional Especializado. Dessa forma, busquei auxílio para desenvolver meu trabalho junto às colegas com mais experiência em AEE e com as coordenadoras da Educação Especial, que nos orientam em reuniões coletivas para todas as professoras de AEE, em encontros semanais. Também passei a participar de cursos rápidos e palestras que enfocavam várias temáticas referentes a educação inclusiva e as deficiências. No entanto, eu sentia que precisava buscar novos conhecimentos sobre o AEE e aprofundar aqueles já adquiridos, em virtude da diversidade de alunos que eu atendia na sala de recursos e que apresentavam, respectivamente: síndrome do X-Frágil, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla, síndrome de Asperger e Espectro autista.

Desde o ano passado, eu havia feito a inscrição na plataforma Paulo Freire, e estava aguardando para fazer cursos de extensão e/ou especialização, mas somente no início deste ano fomos avisadas pela nossa coordenadora sobre este curso de AEE, que estaria sendo oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria, a distância,

o que é ideal para mim. Fiquei muito feliz quando recebi o aviso de aceite da minha inscrição e fiquei aguardando ansiosa as instruções, pois nunca havia feito um curso a distância e ainda mais um curso extenso e completo como esse. Confesso que fiquei apreensiva, perguntando-me se conseguiria acompanhá-lo com êxito e quais seriam as aprendizagens adquiridas.

Hoje, posso afirmar que o curso contribuiu imensamente para o meu trabalho como professora de AEE, dando-me subsídios, tanto práticos quanto teóricos sobre o trabalho que deve ser feito com os alunos no AEE. É claro que cada aluno é singular, e que as dúvidas continuam surgindo, mas me sinto mais preparada, sabendo onde posso buscar os embasamentos para desenvolver este trabalho com propriedade. Também pude constatar que está adequada a forma como estou conduzindo o meu trabalho no AEE, que é baseado numa formação acadêmica que prima por conhecer cada aluno, suas habilidades e necessidades especiais, dando ênfase aos aspectos pedagógicos, não aos aspectos clínicos.

Esta formação deve partir de situações reais do cotidiano escolar e do estudo da tecnologia assistiva que o aluno envolvido naquela situação real necessita no momento. Dessa forma, a formação de professores para o AEE não tem base os pressuposto clínicos. Os pressupostos educacionais, o conhecimento sobre o aluno e os serviços e recursos da TA devem ser a base da formação para que o professor possa atuar com cada tipo de deficiência (BERSCH; MACHADO, 2011, p. 65).

Atualmente atuo sozinha na Sala de Recursos Multifuncional, atendendo dois alunos na parte da manhã e seis alunos à tarde, sendo que três alunos estudam nessa mesma escola no turno inverso, nas turmas

de pré-escola, primeiro e segundo ano; os demais vêm de uma escola municipal de educação infantil e de turmas de segundo e terceiro ano de escolas municipais que não têm SRM. A SRM está instalada numa sala bem ampla, no andar térreo. A sala possui os materiais básicos enviados pelo MEC, como mobiliário, bandinha, computadores e jogos; também foram adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação materiais de psicomotricidade e eu confeccionei vários jogos, materiais e atividades variadas.

A forma de apresentação do curso é excelente, sobretudo a escolha por módulos, pois assim os temas ficam organizados em cada módulo e, dessa maneira, fica fácil para fazermos pesquisas rapidamente. Os textos foram muito bem escolhidos, pois os autores abordam os assuntos de forma clara e que nos instiga a ler, sempre aliando a teoria à prática e mostrando que a inclusão é possível. Todos os autores mostraram a inclusão como um caminho viável, e nos conscientizam de que isso acontecerá desde que busquemos nos preparar, adquirindo novos conhecimentos sobre as especificidades de cada deficiência e, sobretudo, buscando conhecer nosso aluno, como ele é e como aprende. Dentre os autores que compartilharam seus saberes conosco, durante o curso, alguns eu já conhecia de leituras anteriores, como Bersch; Machado (2011). No decorrer deste curso, nos foi disponibilizado um material extra sobre Tecnologia Assistiva, sob a forma de artigo, na qual a referida autora fez uma importante observação sobre a atuação do professor do AEE dentro da própria escola onde está instalada a Sala de Recursos, abordando questões de uma realidade que estou vivenciando: estar atuando como professora de AEE numa escola onde há uma Sala de Recursos. Estar na escola nos aproxima da equipe escolar e das necessidades

dos alunos com deficiência, pois devido à proximidade e facilidade de acesso e contato, tudo pode ser agilizado, facilitado e esclarecido para os professores e equipe, que poderão dar andamento ao seu trabalho junto aos alunos com necessidades especiais. O trabalho fica realmente mais integrado. Posso fazer esse comparativo com segurança, porque atendo quatro alunos que vêm de outras escolas para ter o AEE fora de sua escola, que não possui Sala de Recursos, o que dificulta uma comunicação de forma mais ágil, já que faço visitas quinzenalmente nas suas escolas para orientar a equipe e professores.

Com certeza, o módulo com o qual tive maior identificação e o que mais efetivamente auxiliou no meu dia a dia como professora de AEE, foi o de Tecnologia Assistiva. Justamente quando ele ocorreu eu estava me questionando sobre como facilitar o acesso ao conhecimento e à comunicação de dois alunos - o primeiro é um menino de quatro anos de idade, que tem como diagnóstico (ainda em investigação) “estigmas do espectro autista”. Ele fala pouquíssimas palavras, demonstra compreender tudo o que se diz a ele, mas só se interessa em se fazer compreender puxando as pessoas e fazendo suas mãos como ferramentas para que ele consiga o que deseja.

Desde os primeiros atendimentos em que ele esteve comigo, percebi que era necessário introduzir em seu cotidiano uma forma de comunicação alternativa, mas não sabia qual, nem como. A segunda aluna, que me despertava grande preocupação desde o início do ano letivo, é uma menina de 5 anos de idade com atraso neuropsicomotor; ela se locomove sozinha, com um pouco de desequilíbrio, tem certo descontrole motor nas mãos e fala apenas as palavras “oi” e “mãe”. Tanto a aluna quanto o aluno foram beneficiados com o aprendizado

que eu adquiri no módulo de Tecnologia Assistiva, já que ali pude esclarecer todas as minhas dúvidas e decidir quais ações e recursos eu estaria implementando com esses alunos. Para fazer a escolha do recurso de Comunicação Aumentativa e Alternativa, levei em consideração os critérios no curso.

O formato final de uma prancha de comunicação, além de considerar questões de vocabulário necessário, atende a outras características que correspondem ao formato do recurso, a portabilidade, ao tamanho e quantidade de símbolos, a maneira como este símbolo será indicado (pelo apontamento, pelo olhar, por alguma sinalização do usuário enquanto outra pessoa aponta). Um projeto para criação de um recurso de CAA deve, também, levar em conta as habilidades sensoriais, visuais, cognitivas e motoras do usuário (BERSCH; MACHADO, 2011, p. 77).

Considerarei, então, que para esses dois alunos seria adequado iniciar o uso de alguns cartões de comunicação alternativa, como os mostrados no módulo, para tentar estabelecer uma forma de comunicação mais estruturada nos três ambientes: sala de recursos, escola regular e suas residências.

Alguns recursos para acesso ao computador a Sala de Recursos já possuía, como colméia em acrílico para o teclado, acionador de pressão e mouse para acoplar acionador. Outros recursos foram adquiridos pela escola, custeados com verba federal, como teclado em contraste com teclas e letras maiores e um vocalizador. Ao implementar o uso desses recursos de tecnologia assistiva, fiquei satisfeita ao vê-los gradativamente desenvolvendo habilidades e percebendo-os mais participativos no ambiente escolar. É claro que esse é um processo lento, mas quem

acompanha diariamente os pequenos avanços desses estudantes percebe o quanto isso melhora a autoestima e a interação desses alunos. Esses são apenas exemplos de como este curso foi importante para o meu desempenho profissional, mas o que mais me marcou nas leituras foi a posição de estarmos questionando nosso olhar sobre os estudantes com deficiência. Fica a certeza de que devemos encará-los como pessoas capazes de aprender e de bem conviver na escola, basta que as possibilidades existam para eles.

Muitos outros recursos e conhecimentos estão e estarão sendo colocados em prática. Vejo um futuro de muito trabalho pela frente, mas muito promissor para o meu crescimento como professora de AEE, com muitas possibilidades de continuidade das ações inclusivas, tanto na sala de recursos quanto na comunidade escolar. Aproveito para fazer um agradecimento especial às professoras Juliane e Elisa, que sempre estiveram prontas para nos orientar, compreender e auxiliar nesta caminhada de “professores-eternos-estudantes”.



[PARTE II]

RELATO 9

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONTRIBUIÇÕES DIDÁTICAS

RUY BARBOSA – BA

AUTORA: ANTONIETA BOAVENTURA BRANDÃO

ORIENTADORA: LIANE CAMATTI

TUTORA: JALUSA OLIVEIRA DA SILVEIRA

Desde que a educação passou a ser um direito de todos, a educação especial vem se caracterizando como uma necessidade emergente na prática do professor em sala de aula. Nos meus trinta anos de docência de professora das séries iniciais, tenho me deparado com os alunos com necessidades especiais, mas sem embasamento teórico e prático da procedência para esse ensino-aprendizagem.

Minha primeira experiência com a educação especial iniciou com o curso de Educação a Distância de 120h, em 2007, quando fui presidente do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), percebi nessa atuação que são necessárias teorias para auxiliar a direção das escolas a perderem o “medo” de apontar alunos com necessidades especiais no Censo Escolar.

É certo que o professor não poderá diagnosticar o tipo de deficiência do aluno, mas sabemos que é ele que se depara inicialmente com a deficiência do aluno na aprendizagem. Portando, cabe a ele se estruturar para encaminhar o aluno para que os especialistas possam aplicar seus conhecimentos e, assim, deixar a escola respaldada para atender os alunos com deficiências e conquistar o AEE. Desse modo, respaldada com uma base de poucos conhecimentos teóricos, mas enormemente sensibilizada pela necessidade desse apontamento no Censo escolar para que os olhares das autoridades fossem voltados para esse acolhimento, pouco conquistei, porque os professores, mesmo tendo formação em pedagogia, não se sentiam no direito de apontar a deficiência do aluno na aprendizagem. Ficava, assim, restrito somente ao apontamento para alunos cegos e surdos comprovados.

Lembro-me que nesse mesmo ano eu tinha um aluno com deficiência mental e que, inclusive, a mãe fazia acompanhamento médico, tinha a

comprovação, mas a escola se sentiu com medo de apontar esse aluno no Censo Escolar como deficiente mental, porque possuía um conceito estereotipado dessa deficiência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde/OMS, a deficiência mental pode ser compreendida como o funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e na comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. (MENEZES; CANABARRO; MUNHOZ, 2011, p. 139).

Nessa perspectiva, Menezes, Canabarro e Munhoz (2011) esclarecem que clinicamente atestada a existência ou não da deficiência mental, como professores, devemos procurar compreender os processos mentais percorridos pelos alunos no momento de construção da aprendizagem.

E, nesse recorte, percebemos que esse saber é indispensável ao professor de qualquer sala do ensino regular, pois esse profissional vai entender os processos mentais superiores, tipicamente humano e, se observadas limitações associadas a duas ou mais condutas, deverá acompanhar o aluno para diagnósticos precisos da deficiência, por profissionais competentes para tal e, assim, a escola estará respaldada para recensear o aluno como portador da deficiência, para que esse possa ter o atendimento educacional especializado.

No ano de 2009, pesquisei o conceito das deficiências apontadas no Censo Escolar e encaminhei para as escolas, a fim de que essas pudessem conhecer mais e enfrentar o “medo” e recensear

os alunos para que esses pudessem ter a merecida inclusão com o direito que lhe cabia de educação especial.

Talvez por isso, com uma pequena parcela aumentada de alunos especiais, alguns recursos pedagógicos e de acessibilidade começaram a chegar nas escolas, embora não sejam usados porque os professores não tiveram cursos de formação continuada para o AEE, a fim de eliminar as barreiras e proporcionar a alunos especiais plena participação.

Como apontam Alves e Guareschi (2011), os alunos especiais devem estar integrados em salas de aula do ensino regular e em outro turno ser atendidos em Sala de Recursos Multifuncionais contando com a ajuda de professores habilitados para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada, conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica.

Bersch e Machado (2011) revelam a importância do atendimento educacional especializado já que esse atendimento é que vai garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas e utilização de recursos informatizados.

O aprendizado da Tecnologia Assistiva possibilitará a ampliação de uma habilidade funcional deficitária, proporcionando às pessoas com deficiência a autonomia, independência funcional, qualidade de vida e inclusão social. (BERSCH; MACHADO, 2011).

Somente neste ano é que a sala de recursos de AEE no município de Ruy Barbosa está programada para ser instalada no município, e cabe à escola onde ela está sendo instalada ter um plano de AEE para os alunos e para a seleção dos recursos que serão utilizadas (ALVES; GUARESCHI, 2011).

Há dois anos, lotada na Secretaria de Educação do município de Ruy Barbosa, faço a coordenação pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, sou tutora do Formação pela Escola, um programa de formação de gestores. Nos encontros presenciais, estou sempre focando a necessidade de acompanhamento aos alunos especiais, por profissionais competentes a esse diagnóstico, inclusive para constar no Projeto Político Pedagógico.

Mas, ainda movida pelo antigo desejo de saber mais, fiz inscrição no curso e iniciei em uma segunda chamada. E, em metade do tempo previsto para o curso, consegui fazer as atividades com estudo minucioso dos módulos, porque não poderia ser diferente, já que o conteúdo é de grande valor para os professores e interessados no assunto.

Professora, pedagoga e com especialização em EJA e PROEJA (360h no IFBA) e em Pedagogia Escolar (600h no IBEPEX), pude conhecer, nessa última especialização apontada, um pouco das competências de um supervisor, administrador e orientador educacional, o qual somente nesse curso de AEE eu percebi o valor da competência de um orientador educacional na inclusão escolar.

Percebi que o curso se organizou para dar o suporte aos professores, não somente em sala de recursos especiais, mas para o dia a dia de sala de aula. Formando não apenas para identificar limitações nos alunos, mas para instruí-lo pedagogicamente com uma didática pautada não somente no conhecimento da teoria, mas para associá-lo à prática.

Nesse curso do AEE é possível educar e incluir verdadeiramente alunos com deficiências mais fáceis de serem identificadas, como alunos com dificuldade visual, auditiva, com surdocegueira e deficiências múltiplas e físicas, como também facilitar na identificação de alunos com deficiência mental, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Um fato interessante aconteceu em um planejamento da EJA quando comentei a respeito de Barbell Indelder (1968), grande colaboradora de Piaget, apontada por Menezes, Canabarro e Munhoz (2011), que tomou por base a avaliação para a identificação do estágio de desenvolvimento cognitivo em que se encontrava o aluno.

Na medida em que falei sobre o pensamento apresentar um falso equilíbrio, denominada por Barbell como “viscosidade no raciocínio”, que, em vez da construção contínua de estruturas novas do pensamento, o aluno regressa a modos anteriores de pensamento e não consegue dar continuidade ao aprendizado, fixando o conhecimento na fase anterior.

Foram muitas as reflexões e análises dos professores presentes, nesse sentido, apontando alunos que mostram o conhecimento e, no dia seguinte, ou até mesmo depois do intervalo, não conseguem mais mostrar o conhecimento adquirido, regredindo a fase anterior, estacionando no desenvolvimento, sem conseguir sucesso escolar por muitos anos.

Muitos foram os depoimentos, não somente a esse recorte, mas a outros que fui estudando e partilhando nos encontros pedagógicos mensais. E, nessa experiência tão simples, é admissível ver que somente com um pouco de informação, a identificação de dificuldades na aprendizagem, de limitações ao conhecimento e de possíveis deficiências vão sendo percebidas.

Nessa enxurrada de informações é visto que o AEE cresceu muito nesse tempo e graças a educação a distância. Nessa enxurrada, depa-ramo-nos com a realidade da educação especial e a necessidade de identificar para planejar e incluir.

É notório que a educação é para todos, e é em todos os lugares que as salas de aulas estão permeadas de necessidades a esse atendimento, estejam na condição de alunos ou de professores que, em sua formação, também podem ter limitações e deficiências na tarefa pedagógica de inclusão.



[PARTE II]

RELATO 10

REFLETINDO A TRAJETÓRIA E CONSTRUINDO EXPECTATIVAS

GOIÁS – GO

AUTORA: JACIRA GOMES DE OLIVEIRA SOUZA
ORIENTADORA: MAURELINE PETERSEN
TUTORA: ALEXSANDRA DOS SANTOS ROSA

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a minha trajetória no Curso de Atendimento Educacional Especializado, as reflexões que foram possibilitadas no seu decorrer, bem como as contribuições e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no meu contexto profissional.

Para tanto, levei em consideração as condições, situações e contingências que envolveram o desenvolvimento das minhas atividades, tanto no curso como na vida profissional. Assim sendo, é válido pontuar que a participação nas atividades favorece uma aprendizagem de forma colaborativa e que, com certeza, contribui para que essa aprendizagem seja significativa e, por conseguinte, útil para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Essa compreensão vem ao encontro do objetivo que me impulsionou fazer esse Curso. Ou seja, minha opção se deu pelo fato de ter a certeza de que participar desse curso seria mais uma oportunidade para ampliar e aprimorar meus conhecimentos acerca de conceitos e teorias necessárias para o desenvolvimento das minhas atividades profissionais.

Nessa perspectiva, concebo a formação continuada como oportunidades de estudos que nos ajudam a transcender as condições e ou compreensões, que podem não estar mais atendendo às necessidades e exigências atuais. Nesse entendimento, ingressei no Curso de Atendimento Educacional Especializado, em março de 2011, e tive como primeiro desafio a organização do tempo, de modo atender os prazos para a realização e entrega das atividades, o que exigiu um exercício constante de conciliação entre as tarefas do curso e as atividades referentes à rotina de trabalho. Mas, a persistência, a força de vontade, o incentivo das tutoras e as contribuições do curso foram suficientes para que todos os obstáculos fossem superados.

Compreendendo que a formação continuada não pode ser desvinculada do contexto em que estamos inseridos, é válido pontuar que a motivação para participar do curso foi sendo construída no cotidiano de minhas atividades e profissão, o qual é assim constituído: sou professora da rede estadual de Goiás e atuo na Gerência do Ensino Especial da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, na função de professora orientadora em cursos e eventos de formação continuada oferecida por essa Gerência aos profissionais que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional de Goiás.

Nesse contexto, a participação no curso foi assumida por mim, como busca de subsídios teóricos acerca da concepção de educação inclusiva e de metodologias e recursos importantes e necessário para nossas práticas profissionais que são, cada vez mais, marcadas por uma rápida obsolescência da informação, do saber e do conhecimento.

Vale lembrar que as leituras, os fóruns e as aulas ao vivo propiciaram, ao longo do curso, condições que favoreceram, por meio de experiências concretas, situações vivenciais necessárias para o desvelamento dos princípios e quebras de paradigmas, possibilitando a instrumentalização com metodologias e diferentes modos de aprendizagem no desenvolvimento das minhas atividades profissionais.

Nessa compreensão, entendo que é importante pontuar as contribuições que o curso proporcionou. O Módulo I – Educação a Distância tratou dos conceitos, características, aprendizagem autônoma e os desafios das TICs, também sobre a avaliação em educação a distância. O que pôde ser discutido nos Fóruns. Esse Módulo nos trouxe a reflexão sobre a importância da educação a distância:

A EAD permite a inovação dos procedimentos de aprendizagem, o desenvolvimento de uma educação extra-escolar que se utiliza dos diversos meios eletrônicos de comunicação, possibilitando o acesso de novos públicos em locais distantes e dispersos geograficamente (SILUK, 2011, p. 13).

O uso das tecnologias telemáticas permite uma rápida comunicação entre professores e alunos, na escola e no trabalho e, ainda, a democratização do acesso à informação e o conhecimento. Nessa compreensão, os professores/tutores lançaram mão das ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e fomentaram a discussão sobre a importância da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação para a expansão da educação, o que muito contribuiu para a modificação de paradigmas na educação.

No Módulo II – Atendimento Educacional Especializado (AEE), discutimos sobre a nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, seus objetivos, como deve ser organizado, e qual é público da Educação Especial. Com o estudo desse Módulo, conseguimos, através do Fórum e de Chat, discutir e receber orientações acerca do Atendimento Educacional Especializado e como esse deve ser estruturado.

O Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecido no turno inverso ao do ensino regular para que o aluno não tenha dificultado ou impedido seu acesso ao ensino comum. Esse atendimento deve ser realizado, preferencialmente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou, caso a escola não tenha a sala e o professor especializado em AEE, pode ser realizado em outra escola do ensino regular ou, ainda, em Centros Educacionais Especializados (ALVES; GUARESCHI, 2011, p. 38).

Essas orientações reforçam que, sendo a educação especial uma modalidade da Educação, essa perpassa por todos os níveis de ensino e, portanto, deve ser pensada como um processo cuja proposta pedagógica assegura recursos e serviços educacionais especiais, organizados para garantir o acesso à educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

O módulo III, sobre Tecnologia Assistiva Aplicações na Educação, trouxe à tona a necessidade de compreender a importância do uso das tecnologias e da informática nas situações pedagógicas, principalmente no Atendimento Educacional Especializado. O estudo desse Módulo despertou para a necessidade de incentivar os professores a participar de cursos que os habilitem para o desenvolvimento das Tecnologias assistivas no espaço escolar, como também compreender que as tecnologias facilitam a vida das pessoas.

No contexto educacional, visando à inclusão dos alunos com deficiência, encontramos vários recursos que favorecem tarefas do cotidiano escolar como escrever, apagar, manejar cadernos e livros, pintar, recortar, colar. Além do material escolar acessível ou adequado à condição do aluno, podemos criar jogos e atividades pedagógicas acessíveis e que valorizam as habilidades dos alunos (BERSCH; MACHADO, 2011, p. 74).

Verificamos, então, que a utilização das TICs vem potencializar a ação pedagógica. Portanto, a compreensão desses conceitos e contextos é de fundamental importância, uma vez que as diversas modalidades de tecnologias assistivas incluem recursos de comunicação alternativa, de acessibilidade ao computador, de atividades de vida diária, e esses recursos são soluções que auxiliam na superação de dificuldades funcionais no ambiente da sala de aula e fora dele.

Subsequente, estudamos os módulos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, os quais abordaram conceitos, características e contextos que envolvem pessoas com deficiência, e também pessoas com altas habilidades. Com o estudo dos temas propostos nesses módulos entendemos mais e melhor quem é o público-alvo da educação especial. E ainda, refletimos sobre a ação pedagógica e sobre a necessidade de implementar um fazer pedagógico que crie condições adequadas para que os aluno com necessidades educacionais especiais possam frequentar a sala de aula comum com os demais alunos, e ter acesso ao currículo e, conseqüentemente, construir habilidades e competências necessárias para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Sendo assim, posso afirmar que o Curso trouxe grandes contribuições para minha vida profissional e pessoal e a aplicabilidade no meu contexto é percebida pelo fato de que as aprendizagens e conhecimentos construídos nesse Curso serão subsídios teóricos que balizarão o meu trabalho de professora-orientadora junto à professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais.

É importante também colocar o quanto esse curso nos favoreceu momentos de reflexão sobre a necessidade de implementar práticas inclusivas nos sistemas de ensino. E, também sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, o que nos leva concordar que, “pensar o conceito de aprendizagem pelos ditames da Educação Inclusiva é pensar na possibilidade de conviver com a surpresa, com o inusitado expresso em cada gesto, cada olhar que o aluno nos dirige” (ALVES; GUARESCHI, 2011, p. 55).



[PARTE II]

RELATO 11

APLICABILIDADE DO CURSO AEE: DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

BLUMENAU – SC

AUTORA: ANE CAROLINE KARSTEDT

ORIENTADORA: PRISCILA TURCHIELLO

TUTORA: ROSSANA MARTINI BUSANELLO

Caminho na educação há, aproximadamente, dez anos e, desses, cinco anos foram dedicados à educação especial numa perspectiva inclusiva, área na qual já fiz Pós-graduação. Também trabalho em sala de ensino regular, atuando como professora de apoio pedagógico. A partir disso, tive a oportunidade de vivenciar algumas situações, desde as mais rotineiras da vida, as quais afirmam que o professor não pode ficar parado, precisa viver em constante busca para melhoria de seu trabalho e entendimento de seus alunos, percebendo que temos salas de aulas e nelas todos os alunos com suas individualidades, características, necessidades e com o direito de ser e aprender de acordo com suas habilidades.

O Atendimento Educacional Especializado trouxe um grande entendimento sobre como proceder para desenvolver as habilidades do aluno e seu contexto diário como: comer, brincar, falar, entre outras explorações para melhor se encontrar no ensino regular e no contexto social ao qual pertence. É um trabalho da educação especial que revela, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminando barreiras para a total participação dos alunos ao considerar suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado complementa e suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo como direito nos sistemas de ensino. Não devemos e não podemos confundir o AEE com reforço escolar. Esse atendimento tem suas funções próprias, as quais não se destinam a substituir o ensino comum e nem mesmo a fazer adaptações aos currículos, às avaliações de desempenho e outros no ensino regular.

Trabalho para a Secretaria Municipal de Educação da cidade de Blumenau, na qual resido no estado de Santa Catarina, atuando como

professora de apoio pedagógico na sala do 3º ano matutino e vespertino do Ensino Fundamental Básico regular no ano de 2011, em uma escola com, aproximadamente, 800 alunos. Os alunos pertencem às turmas de Pré-escola ao 8º ano. Somos em torno de 11 professoras de apoio pedagógico para atender 15 alunos com diagnósticos da escola. No quadro que segue, procuro realizar uma breve apresentação desses alunos.

LETRA DO NOME	IDADE SEXO	SÉRIE PERÍODO	DIAGNÓSTICO	RECEBEM AEE NO CONTRATURNO
G	06 anos Masculino	1º ano Matutino	Síndrome de Asperger	1 vez por semana por um período de 1 hora
G	05 anos Masculino	Pré-matutino	Síndrome de Asperger / Hiperatividade	Não recebe atendimento ainda
A	13 anos Masculino	8º ano Vespertino	Cegueira Congênita	Recebe atendimento e todo material adaptado em Braille
D	11 anos Masculino	6º ano Matutino	Paralisia Cerebral	1 vez por semana por um período de 1 hora
T	10 anos Masculino	5º ano Matutino	Paralisia Cerebral	1 vez por semana por um período de 1 hora
A	09 anos Feminino	3º ano Matutino	Paralisia Cerebral/ Quadriparesia	1 vez por semana por um período de 1 hora
G	09 anos Masculino	4º ano Matutino	Síndrome de Down	1 vez por semana por um período de 1 hora

H	08 anos Masculino	3° ano Vespertino	Síndrome de Asperger / Dislexia	Não recebe atendimento
W	09 anos Feminino	3° ano Vespertino	Baixa visão / Déficit de atenção	Não recebe atendimento
G	08 anos Feminino	3° ano Vespertino	Síndrome de Down	1 vez por semana por um período de 1 hora
P	08 anos Feminino	3° ano Vespertino	Autista	Não recebe atendimento
A	10 anos Feminino	4° ano Vespertino	Deficiência Física e Cognitiva	1 vez por semana por um período de 1 hora
W	13 anos Masculino	8° ano Vespertino	Paralisia Cerebral	1 vez por semana por um período de 1 hora
J	12 anos Feminino	6° ano Vespertino	Baixa visão / Esquizofrenia	Não recebe atendimento
I	12 anos Feminino	7° ano Vespertino	Síndrome de Down	1 vez por semana por um período de 1 hora

A escola já apresenta aspectos que a caracterizam como inclusiva, especialmente em relação à acessibilidade para necessidades específicas, assim como possui o AEE dentro da escola, na sala de recursos, atendendo alunos no contraturno. Além do atendimento aos alunos da escola, é ofertado o AEE também para alunos da região, no total de 27 alunos. Para atender a toda a demanda precisaríamos ampliar as condições de oferta, a partir da disponibilização de mais

salas nessa região, para um melhor atendimento a todos os alunos, pois seu público alvo é bastante diversificado. Os materiais disponíveis na escola são variados, desde computadores com vários tamanhos de telas, softwares, mouses e teclados adaptados a cada aluno que frequenta a sala, impressora Braille, reglete, punção, celas Braille, máquina Braille, cadernos com linhas amplas, lupas, quadro da rotina, quadro de fotos, brinquedos específicos, figuras e imagens, entre muitos outros. Nessa sala trabalham duas profissionais da área.

Para a organização pedagógica é preciso primeiro conhecer e diferenciar o atendimento educacional especializado das ações desempenhadas nas salas de ensino regular. É fundamental ter consciência que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino da educação básica e superior. Sendo assim, o AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que buscam a eliminação de barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas, complementando e suplementando a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola comum e fora dela.

Há questões que são ressaltadas e que, às vezes, podem deixar dúvida. Entre elas podemos destacar: Quem é o público-alvo do AEE? A frequência no AEE é obrigação ou opção da família do aluno?

De acordo com Alves e Guareschi (2011, p.35):

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (de Janeiro de 2008), afirma que a Educação Especial deve oferecer o Atendimento Educacional Especializado às necessidades educacionais especiais dos alunos com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Nesse sentido, entendemos que a política de inclusão é clara na especificação dos alunos que recebem o AEE nas escolas comuns e, portanto, têm sua matrícula computada no ensino regular e no atendimento. Por isso, considero significativo o conhecimento e experiência que esse estudo trouxe para o cotidiano no qual estou inserida como profissional, entendendo que é preciso estar sempre informada para melhor qualificação dos serviços prestados.

Quanto à obrigatoriedade da família em relação à frequência dos alunos no AEE, a discussão proposta no Módulo II – Atendimento Educacional Especializado esclarece que:

É significativo salientarmos aqui que o AEE é garantido por lei, porém ele não é obrigatório. Não sendo obrigatório, o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e sua família poderão optar ou não pelo atendimento (ALVES; GUARESCHI, 2011, p. 38).

Ao considerar a proposta, a matrícula de alunos público-alvo do AEE não pode estar condicionada à frequência do aluno no AEE, já que sua oferta é entendida como garantia de direitos aos alunos, mas não se constitui como ação de caráter obrigatório.

Com isso, conseguimos claramente compreender que a inclusão requer muito mais da escola, dos profissionais, da família e de todo contexto escolar, pois prevê um ensino que abrange todos em uma mesma classe dentro de uma mesma escola, com qualidade. O objetivo da inclusão é contribuir para a construção de escolas abertas às diferenças e voltadas para os interesses e necessidades de todos os seres humanos, independentemente de qualquer característica, especificidade ou necessidade.

Se os pressupostos atuais da cidadania têm como base a garantia de uma vida digna e a participação na vida política e pública para todos os seres humanos e não apenas para uma pequena parcela da população, essa escola deve ser democrática, inclusiva e de qualidade, para todas as crianças e adolescentes. Para isso, deve promover, na teoria e na prática, as condições mínimas para que todos esses objetivos apontados sejam alcançados na sociedade com naturalidade e não como impacto de obrigatoriedade.

Levo em consideração a continuidade dos meus estudos, como já citei, compreendendo que as ações do atendimento educacional especializado são necessariamente diferentes das do ensino escolar regular, e não podem se caracterizar como ações de reforço escolar. São exemplos práticos de atendimento educacional especializado: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do código Braille, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, autonomia do mesmo, entre outros (ALVES, GUARESCHI, 2011).

Como também já apontei neste texto, e mais uma vez ressalto, meu contexto escolar precisa de mais salas de recursos para a oferta do AEE, atendendo, assim, à demanda do público-alvo da região, além de mais profissionais habilitados na área da educação especial.



[**PARTE II**]

RELATO 12

PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

VARGINHA – MG

AUTORA: EVIAN MARIA DE ANDRADE MELO

ORIENTADORA: RENATA CORCINI CARVALHO CANABARRO

TUTORA: VANUSA ZIMMERMANN

O Atendimento Educacional Especializado é uma realidade nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Varginha, no estado de Minas Gerais, e responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os estudantes, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns, do Atendimento Educacional Especializado e atendimentos clínicos.

Trabalho como Psicopedagoga Institucional em quatro escolas da Rede Municipal de Ensino, com professoras do AEE para atender crianças com necessidades educacionais especiais, professores da classe comum e equipe pedagógica. Nossa função é de um profissional que intervém sobre as peculiaridades de certos estudantes, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum. Nosso trabalho vai além do ensino de técnicas, códigos, manuseio, treino de uso de recursos que dão suporte à escolarização dos estudantes nas turmas comuns e não visam à aprendizagem de conteúdo das áreas curriculares.

Algumas escolas possuem Salas de Recursos Multifuncionais que foram disponibilizadas com a adesão da Secretaria de Educação ao Compromisso Todos pela Educação; do Plano de Ações Articuladas – PAR; da matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na classe comum do ensino regular público, conforme Censo Escolar dos anos anteriores e outras pela inscrição da escola no Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, no Ministério da Educação.

As salas de Recursos Multifuncionais são compostas de equipamentos, mobiliários, materiais didático-pedagógicos e recursos de acessibilidade, organizados nas composições de Tipo I (para deficiência física, intelectual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) e Tipo II (contém todos os materiais da Sala Tipo I, acrescida de recursos de acessibilidade para deficiência visual).

Essas salas são um espaço para AEE, sendo uma ação do sistema de ensino no sentido de oferecer o suporte às necessidades educacionais dos estudantes, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias.

O curso Atendimento Educacional Especializado acrescentou muito à prática inclusiva. Fortaleceu novos conhecimentos, com os quais me identifiquei no Módulo V – Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência mental – considerando as potencialidades de aprendizagem; proporcionou situações de conhecimento teórico-prático, com ações para planejar atividades e produzir materiais para o desenvolvimento dos processos dos estudantes com deficiência intelectual (mental).

Nesse Módulo, as autoras relatam o pensamento de Vygotsky, destacando que todo ser humano apresenta ao nascer possibilidades de progresso intelectual, nascemos com uma única capacidade, a de aprender:

A singularidade do desenvolvimento da pessoa com deficiência está nos efeitos positivos da deficiência, ou seja, nos caminhos encontrados para a superação do déficit. Dessa forma, a pessoa com deficiência não é inferior aos seus pares, apenas apresentam um desenvolvimento qualitativamente diferente e único. O meio social pode facilitar ou dificultar a criação desses novos caminhos de desenvolvimento (MARQUES, 2001, apud MENEZES; CANABARRO; MUNHOZ, 2011, p.152).

Para isso, a pessoa com necessidades educacionais especiais precisa de estímulos nas suas potencialidades e não na sua deficiência. O sucesso está em explorar talentos, atualizar possibilidade, desenvolver predisposições naturais de cada estudante. As dificuldades e as limitações são reconhecidas, mas não conduzem, nem restringem o processo de ensino.

A nossa ação na sala de recursos multifuncionais é centrar-se na atenção aos aspectos que podem potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante com deficiência, objetivando também eliminar as barreiras que dificultam a sua aprendizagem. Para potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual, muitas vezes, usamos recursos de baixa e alta tecnologia e produzimos materiais.

Assim sendo, procuramos trabalhar no AEE com atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, proporcionando situações vivenciais que possibilitem a organizar o pensamento e exigindo o raciocínio para a resolução de um determinado problema.

Nosso trabalho é ajudar o estudante com deficiência intelectual a participar do ambiente escolar e também fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas, promovendo sua autonomia intelectual. É fundamental se perceber como sujeito de aprendizagem, capaz de contribuir em sala de aula e também no seu grupo.

Portanto, trabalhamos com aprendizagem significativa, aprendendo não pela simples associação, mas pela interação dos conceitos já existentes com a nova informação, ao adquirir significado.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999 apud MENEZES; CANABARRO; MUNHOZ, 2011, p.161),

[...] nem todos os alunos e alunas se apresentam com a mesma bagagem, da mesma forma, no que se refere às aprendizagens já por eles efetivadas. Todos os alunos e alunas têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes, que mediatizam seu processo de aprendizagem, fazendo que seja único e diferente, em cada caso.

Logo, temos também a função de organizar situações de aprendizagem a partir dos interesses dos estudantes. Essa proposta é possível na medida em que ocorram situações diversificadas que permitam expressar livremente na sala do AEE e também na sala comum.

Portanto, a organização do sistema educacional orientada nos princípios da educação inclusiva possibilita quebrar o ciclo de exclusão, desafiar os preconceitos, dar visibilidade às pessoas com deficiência e oportunidade para que essas construam o seu próprio futuro.

Os avanços da Educação Especial em Varginha demonstram transformação em processo e já refletem uma visão que transpõe a concepção tradicional de ensino, alterando o paradigma das pessoas com necessidades educacionais especiais. A concepção de inclusão educacional expressa o conceito de sociedade inclusiva, aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos.

A expectativa em relação às aprendizagens construídas no Curso de Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado é de contribuir para o processo de transformação já iniciado em Varginha, rompendo com o esquema tradicional, no qual uma aula é planejada e organizada para todas as crianças ao mesmo tempo, ou seja, todas as crianças executam as mesmas tarefas, da mesma forma e com os mesmos materiais.

Portanto, a educação inclusiva é uma transformação que se faz no movimento, que desafia vencer as contradições, incertezas, resistências e as práticas repetitivas que acabaram por manter um sistema educacional segregado para os estudantes com deficiência e passa a fazer a travessia para um sistema educacional que busca construir uma escola inclusiva e persiga a implementação das mudanças necessárias para uma educação de qualidade.



[PARTE II]

RELATO 13

INCLUSÃO: UMA AÇÃO QUE PARTE DE TODOS

FORMIGUEIRO – RS

AUTORA: DILEANE FAGUNDES DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: SANDRA SUZANA MAXIMOWITZ SILVA

TUTORA: BERNADETE SANTINI VIERO

A motivação de participar o curso surgiu da necessidade de encontrar soluções para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a questão de como fazer essa inclusão se tornou um pensamento proeminente, pois a educação inclusiva é um movimento que garante o direito de todos à educação. No entanto é preciso criar condições para que esse direito seja exercido. Dessa forma, busco, a partir do conhecimento adquirido no curso, viabilizar ações que tornem essa inclusão verdadeiramente aceita por todos e que o aluno se sinta incluído realmente, tanto nas atividades e relações escolares como na sociedade.

Como professora, desejo sempre dar o melhor de mim para meus alunos e tornar o aprendizado uma fonte de conhecimento, de troca de interação e de preparação para a vida. Para que isso seja possível, é necessário estar em busca constante de conhecimento que viabilize minha prática docente. Participar desse curso foi muito gratificante, além de aprender, trocamos experiências, interagimos com colegas. Cada um se propôs a explicitar sua realidade, o que enriqueceu ainda mais nosso aprendizado.

A escola em que trabalho situa-se no município de Formigueiro, RS, tem um total de 200 alunos do 5º ao 8º ano. No momento não temos aluno incluído, no entanto já estamos nos preparando para essa realidade, pois a escola deve estar sempre preparada para acolher todos os alunos. Como no município existem várias escolas, todas de pequeno porte, não se achou necessário colocar uma sala de recurso em cada uma delas, mesmo porque a demanda de alunos ainda não é expressiva. A sala de recursos está em processo de construção e dará atendimento a toda rede municipal. Nossa escola é uma Instituição de ensino regular aberta a todos os alunos indistintamente.

Os módulos do curso formam todos muito proveitosos, de grande valia para mim, que sou iniciante nessa área de conhecimento, um bom embasamento teórico, muitos exemplos que elucidam a realidade vivida, tanto pelos alunos, familiares, escola quanto pelo professor. O módulo II, balizador de todos os conceitos aprendidos, abriu um novo horizonte para minha visão a respeito do que é o AEE, quais leis regulamentam sua prática, o que já está sendo feito e o que ainda precisa ser melhorado.

Segundo as autoras desse módulo, no final da década de 80, surge o movimento de inclusão, tendo como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como preceitos o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma que as diferenças passem a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem sejam consideradas no espaço escolar.

A partir das leis que regulam o AEE, as autoras chegam a conclusão que o AEE é o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, considerando as necessidades desses alunos. Então, o professor do AEE, dependendo da necessidade de seu aluno, irá organizar atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção de aprendizagem do sujeito.

É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configuram como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum. O professor deverá de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

O conteúdo que tive mais identificação foi sobre o Atendimento Educacional Especializado para alunos cegos e com baixa visão, sendo focalizada a condição visual de alunos cegos e com baixa visão no contexto escolar. Apresenta, também, uma síntese das características e necessidades primordiais deste alunado, os recursos ópticos e não ópticos mais comuns, uma descrição do Sistema Braille, noções de orientação e mobilidade, alguns recursos tecnológicos e outros instrumentos indispensáveis para o acesso, aquisição e construção do conhecimento.

Para me familiarizar com essa problemática me dispus a assistir as aulas de uma professora que tem um aluno cego. Pude perceber que o trabalho deve ser baseado na confiança, no afeto e na força de vontade tanto do professor quanto do aluno. As aulas são previamente adaptadas para esse aluno de modo que ele se sinta parte do grupo e que, conseqüentemente, desenvolva as habilidades necessárias para a aprendizagem.

A adaptação do espaço escolar é o primeiro requisito para receber um aluno cego, a fim de que ele se sinta seguro em se locomover pelos diversos espaços escolares, o material didático também é diferenciado dos demais alunos, sendo adaptado para suprir as possíveis dificuldades, os textos em Braille, gravuras em alto relevo, textos com áudio e muito diálogo entre os alunos, sendo que esse aluno também dispunha de uma pessoa que o acompanhava em sala de aula, auxiliando a professora na mediação da comunicação. Percebi que a professora estimula muito os demais sentidos do aluno, para que a falta de visão não o atrapalhe na comunicação e socialização com os demais.

A problemática que envolve a relação entre o professor e o aluno com deficiência visual é explicitada pela autora do texto desse módulo, ao dizer que:

A condição de cegueira restringe a amplitude e a variedade de experiências, a orientação e mobilidade, o controle do ambiente e a interação do sujeito com o mundo que o cerca. A experiência de imitação é bastante limitada para uma criança cega que não pode perceber as expressões faciais, o seguimento dos objetos, a disposição das coisas, o movimento das pessoas, a configuração dos espaços. Alunos cegos devem desenvolver a formação de hábitos e de postura, destreza tátil, o sentido de orientação, esquemas e critérios de ordem e organização, o reconhecimento de desenhos, gráficos, diagramas, mapas e maquetes em relevo, dentre outras habilidades (SÁ, 2011, p. 180).

Dessa forma, o professor deve buscar estratégias de aprendizagem, procedimentos, acesso ao conhecimento e à informação. Além disso, os instrumentos de avaliação devem ser adequados às condições visuais desses educandos, para valorização do comportamento exploratório e estimulação dos sentidos restantes, a iniciativa e a participação ativa. Algumas atividades predominantemente visuais devem ser adaptadas com antecedência e outras durante a sua realização, por meio de descrição, informação tátil, auditiva, olfativa e qualquer outra referência que favoreça a configuração do cenário ou do ambiente. É o caso, por exemplo, de exibição de filmes ou documentários, excursões e exposições.

A adaptação, a produção de material e a transcrição de provas, de exercícios e de textos em geral para o Sistema Braille podem ser realizadas em salas de multimeios, núcleos, serviços ou centros de apoio pedagógico. Se não houver ninguém na escola que domine o Sistema Braille, será igualmente necessário fazer a conversão da escrita Braille para a escrita em tinta.

O professor deve conhecer os recursos usados pelo aluno e conscientizar-se de sua utilidade e relevância. Dessa forma, será mais fácil

encorajar o seu uso e estimular o máximo aproveitamento do potencial da visão. Poderá, também, trabalhar com a turma no sentido de desenvolver hábitos e atitudes de cooperação e respeito às diferenças. Alguns cuidados e procedimentos devem ser observados no desenvolvimento de habilidades e no desempenho de atividades escolares.

O AEE vem dando um novo “rosto” à educação brasileira, incluindo na rede de ensino todos os alunos, independente de sua condição física mental ou comportamental, pois já se conseguiu muito com as leis que amparam a inclusão desses alunos, agora o que nos falta é realmente pôr em prática e abraçar a causa de incluir esse aluno não só para que se torne mais um em sala de aula, mas que desenvolva todas as habilidades que estiverem ao seu alcance, sendo que, para isso, é necessário que a escola com toda sua equipe diretiva de professores e funcionários e a família se unam para que possa ter melhores resultados. Acredito que a verdadeira inclusão começa no momento que nós internalizamos essa ideia e tentamos colocar em prática da melhor forma possível. A busca de conhecimento é o primeiro passo para a melhoria da educação.

O estudo dos diversos módulos do curso me instigaram a buscar mais conhecimento a respeito, uma das primeiras atitudes já estou colocando em prática, que é me inscrever no curso de Libras e aprender o Sistema Braille. Sabemos que os conteúdos estudados no curso também podem ser aprofundados, as sugestões podem ser colocadas em prática e adaptadas para a realidade escolar e é isso que farei: reciclar meus conhecimentos e dar continuidade nesse processo de aprendizagem. Acredito que assim que tivermos alunos-alvo do AEE poderemos melhor recebê-los.



[PARTE II]

RELATO 14

AEE PARA O AUTISMO INFANTIL

EMBU DAS ARTES – SP

AUTOR: ALEX VIANA COELHO

ORIENTADORA: SÍLVIA MARIA OLIVEIRA PAVÃO

TUTORA: JALUZA DE SOUZA DUARTE

Tenho experiência de trabalho com educação para pessoas com deficiência há mais de seis anos. Nesse período, realizei cursos de formação no próprio centro educacional que trabalho, na AMA (Associação de Amigos do Autista) e na Adefav (Centro de Recursos em Deficiência Múltipla, Surdocegueira e Deficiência Visual).

Como no meu dia a dia eu já vivencio a prática das questões ligadas ao AEE e ao processo de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, a oportunidade de realizar esse curso aparece num momento muito oportuno, pois necessitava dessa parte teórica, na qual foi possível discutir ideias, ampliar o meu conhecimento e criar novas estratégias de ensino visando ao melhor desempenho, permanência e qualidade de vida para os educandos.

Atuo como educador no Centro Educacional Armando Vidigal situado na cidade de Embu das Artes. Neste semestre, a instituição tem matriculado 84 alunos e estão incluídos na rede regular de ensino 41 educandos, sendo esse número ampliado gradativamente na medida em que os educandos estejam preparados para frequentar as escolas regulares. Os educandos que estão incluídos na rede regular de ensino frequentam desde a educação infantil até a Educação de Jovens e Adultos.

O Centro de Atendimento Terapêutico Especializado é composto por salas ambientes como: espaço lógico, espaço lúdico, artes, musicoterapia, corpo e movimento, salas fixas como: estimulação global, deficiência visual, pessoa com surdez, autismo juvenil e autismo infantil. O Centro ainda possui: piscina aquecida, quadra poliesportiva, playground, refeitório, oficina, pátio, sala de dentista, fraldário, enfermagem, auditório, secretaria e administração. As salas possuem materiais diversos de acordo com o ambiente como, por exemplo, instrumentos musicais na

musicoterapia, além de materiais adaptados para os educandos como comunicação alternativa e aumentativa. Além disso, possui uma equipe multidisciplinar (fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, psicóloga, dentista, assistente social).

O módulo do curso que mais me interessou foi o de transtornos globais do desenvolvimento, pois trabalho como professor de AEE numa sala com autistas e apesar de já ter certa bagagem de teoria e prática, adquiri conhecimentos que poderei colocar em prática nas minhas aulas.

O interessante visto no módulo IX é que as pessoas com TGD não são deficientes mentais, algo que muitas pessoas desconhecem e não sabem a sua diferença. A maior diferença apresentada é que no caso da doença mental quando se é tratado na infância, é “passível de remissão”, algo que não acontece na deficiência mental.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o público-alvo da educação especial são os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Os transtornos globais do desenvolvimento são divididos em autismo, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância, transtornos invasivos sem outra especificação e síndrome de Asperger, mas irei me focar mais no autismo.

Como o autismo está enquadrado no TGD e como já foi visto que, quando tratado na infância, é passível de remissão, é necessária uma intervenção precoce para obter maiores resultados com essas crianças, mas para isso deve ser notado o quanto antes. O autismo pode ser percebido antes dos três anos de idade da criança, quando pais e médicos podem notar algumas características diferenciadas do seu

desenvolvimento e, a partir delas, é possível futuramente fechar um laudo, porém acredito que esse período é muito importante para que seja desperdiçado até que se tenha um laudo fechado, pois a criança deve ser muito bem estimulada nesta fase.

Algumas das dificuldades presentes nas pessoas com autismo são: socialização, comunicação e uso da imaginação e, como consequência, seu comportamento é restrito e repetitivo, tem dificuldades em aceitar mudanças e quebras de rotina. Apesar dos autistas apresentarem essas dificuldades, não significa que são incapazes de superá-las ou minimizá-las.

Sendo assim, além de trabalhar as suas potencialidades, eu também trabalho com esses educandos essas características que são mais complicadas para eles. No caso da comunicação, utilizo uma comunicação alternativa e comunicativa, no da socialização tento integrá-los a novos ambientes e pessoas, no do imaginário trabalho brincadeiras e histórias com representações concretas ou por teatro ou por fantoche e, no caso da quebra de rotina, eu utilizo uma rotina que fica afixada ao velcro na parede de forma que eles possam ver e no caso de uma quebra aviso com antecedência.

É necessário que essas crianças não sejam vistas e rotuladas por seu diagnóstico, e sim vistas como sujeitos únicos que têm sua própria maneira de aprender e de ser e, para isso, a escola tem um papel fundamental, pois é nela que a criança aprende com o professor, funcionários da escola e colegas de sala.

Considerando esses aspectos, o curso para mim foi muito importante, adicionou novos conhecimentos e experiências que me ajudarão no atendimento educacional especializado, na formação de professores

da rede regular de ensino e na confecção de materiais adaptados tanto para os meus educandos quanto para os professores da rede que possuam em sala educandos com deficiência.

Além de atender os educandos autistas no AEE, eu também realizo visitas nas escolas da rede regular de ensino, e com os conhecimentos adquiridos no curso poderei repassar para outros profissionais, a fim de ter uma inclusão mais humana e efetiva.

Também poderei ampliar o atendimento a outras crianças que possuam necessidades educacionais especiais, pois obtive importante conhecimento teórico com os materiais do curso, nas discussões nos chats e nas aulas ao vivo, além de ideias de adaptações de materiais e atividades que incluem verdadeiramente o educando com deficiência na sala de aula.

Para tanto, não irei me restringir apenas nesse curso, buscarei outras fontes de conhecimentos para realizar o meu trabalho da melhor forma possível e ajudar no processo de inclusão da pessoa com deficiência não apenas no ambiente escolar, mas sim na sociedade, onde não é a pessoa com deficiência que mais tem a ganhar, e sim a sociedade que ganhará mais com a diversidade.



[PARTE II]

RELATO 15

UMA PEQUENA MUDANÇA PARA GERAR UM GRANDE CRESCIMENTO

CONCÓRDIA – SC

AUTORA: DAIANE CRISTINA PAGLIARI

ORIENTADORA: SILVIA PAGEL FLORIANO LUIZ

TUTORA: ROCHELIE FLORES COELHO

Concordo com o teórico russo Vladimir Maiakóvski que diz que amar não é aceitar tudo. Aliás: onde tudo é aceito, desconfio que há falta de amor. O meu objetivo com o curso de atendimento educacional especializado foi realmente saber até onde posso aceitar a outra pessoa e, a partir disso, ao invés de só aceitá-la pacificamente saber onde e de que maneira posso ajudá-la a se modificar, melhorar e ser autônoma em um mundo que a cada dia exige mais de todos.

A minha formação é Letras, dentro dessa graduação pouco estudamos sobre os diversos tipos de deficiências e sobre como trabalhar com essa peculiaridade. Na verdade, penso que, às vezes, a graduação não nos ensina nem como dar uma boa aula, que seja no mínimo consistente em conhecimento e que inclua os alunos com deficiência, pois, dependendo do trabalho do professor, o aluno se sente um estranho em sala de aula. Sendo assim, o meu objetivo maior com o curso foi poder ampliar o meu conhecimento de como trabalhar com uma pessoa com deficiência podendo, assim, ampliar o oferecimento de conhecimentos que posso passar. Além disso, o curso ajudou a pós-graduação que faço em desenvolvimento cognitivo, pois me auxiliou em exercícios e conhecimentos de cognição e metacognição.

Sou professora da rede municipal de ensino de Concórdia e atuo há oito anos na mesma escola (Escola Básica Municipal Natureza). Temos turmas desde o pré-escolar até o 8º ano, totalizando 258 alunos. Alunos com deficiência comprovada temos somente três: um aluno no 7º ano com deficiência visual e dois no 5º ano, sendo um deles com deficiência auditiva e o outro com hiperatividade. A nossa escola não possui sala de recursos e não possuímos materiais para trabalhar com aluno que necessite de um atendimento especializado.

No meu entendimento, o curso foi muito bem elaborado, principalmente para quem nunca teve contato com conhecimentos sobre deficiências. Para iniciar, ele situa o cursista do que é a educação a distância, valorizando a busca individual pelo conhecimento. No segundo módulo, conceitua o principal tema do curso, que é o atendimento educacional especializado, dando a este a importância devida, mostrando-nos que é previsto em lei e existem regras a serem seguidas. Introduz também a educação especial, e a visão que ela não deve ser trabalhada fora do contexto da escola regular, e sim junto para enriquecer quem tem a deficiência e também quem não tem. Ampliou também a visão do que é a educação especial, bem como quais deficiências ela abrange.

No terceiro módulo, após entendermos bem o que é e para que serve a sala de recursos, foram introduzidas as tecnologias assistivas, ferramentas que possibilitam ao aluno ser sujeito atuante em seu processo de aprendizagem, mas, para isso, o professor da sala deve conhecer bem o aluno e o que a sala dispõe para seu melhor uso e aproveitamento. A partir do quarto módulo, inicia a apresentação dos tipos de deficiência, começando pela física, dando a possibilidade de conhecermos algumas deficiências e saber como trabalhar com as mesmas, fazendo que o aluno tenha sua independência social. No quinto módulo, passamos à deficiência mental, mostrando como é a melhor maneira de trabalhar com eles, bem como os instrumentos que podemos utilizar para facilitar o processo.

No sexto módulo, um dos mais importantes para mim, colocamos no lugar de quem tem deficiência visual, mostrando a delicadeza e sutileza dos nossos atos para desenvolver as aulas, apresentando o Braille para facilitar o processo. No sétimo módulo, outro importantíssi-

mo para mim, percebemos a importância de visualizar o aluno em sala de aula para que ele tenha a mesma possibilidade dos outros e somos apresentados à língua de sinais. No oitavo módulo, conhecemos o aluno com surdocegueira e deficiências múltiplas, mostrando a importância da adequação de materiais para um melhor aprendizado e o pensamento do melhor ambiente para o mesmo. No nono módulo, aprendemos mais sobre os transtornos globais de desenvolvimento, muito interessante já que não havia nunca lido nada sobre o assunto. Esse módulo discorre sobre os vários transtornos que podemos encontrar em sala de aula. E, para finalizar, o décimo módulo apresenta o AEE para os alunos com altas habilidades/superdotação, lembrando que esse tipo especial de ensinar pode ser trazido para a sala regular para complementar as aulas.

Em resumo, todos os módulos priorizam primeiro o entendimento do que é a deficiência, o que ela abrange e como podemos visualizá-la, como trabalhar com ela, materiais disponíveis, se existe alguma lei que rege a deficiência e, por fim, prioriza o atendimento na visão de desenvolver o deficiente para que seja autossuficiente e sinta-se parte da sociedade, trazendo como participação especial a família, a escola regular e, como complemento, a sala de recursos com o AEE.

Como já referido anteriormente, o módulo de deficiência visual e o da surdez foram os mais importantes, pois tenho alunos na minha escola com essas deficiências. As leituras me fizeram aprimorar a maneira de dar aula visando a um melhor aproveitamento deles sobre os conteúdos obrigatórios estudados. Como diz Perllim apud Casarin (2011, p. 213) “a cultura surda como diferença se constitui como uma atividade criadora, símbolos de práticas jamais aproximados na cultura ouvinte, ela é disciplina por uma forma de ação e atuação e não

auditiva”, com essa fala percebi que para poder atingir tanto o aluno com deficiência visual como o com auditiva precisava entrar no mundo deles para poder resgatar o que mais precisavam e oferecer em sala de aula. Pensar que os alunos com deficiência são aqueles que vão perceber o mundo limitado por ela como enfatiza Strobel apud Casarin (2011, p. 215):

os sujeitos surdos, com sua ausência de audição percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor deles: desde latidos de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos de sua boca e da expressão corpóreo-facial-bruta – até de uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito surdo pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge.

Com essa leitura, pude perceber que todo e qualquer atributo a mais que eu oferecer tornará as suas vidas melhores, podendo, assim, ajudá-los a se ver no mundo.

A minha escola tem poucos professores efetivos que podem realizar um trabalho contínuo com os alunos que apresentam alguma deficiência, uma das possibilidades de mudança que vejo fariam um diferencial notável na vida deles e também dos que não apresentam nenhuma deficiência é um bom planejamento anual em que todos os professores, efetivos ou não, consigam delinear em estratégias e atividades, desenhando, assim, um espaço especial que proporcione o crescimento pessoal de todos.

Modificar o pensamento de professores nas escolas é também fazê-los perceber a importância da continuidade de um bom trabalho

para, assim, modificar a vida de pessoas que precisam de uma ajuda especial. Com esse planejamento coletivo, provavelmente, irá se perceber a necessidade de uma sala de recursos na escola, com um bom profissional atuante e participativo. Com esses requisitos, o trabalho se tornará mais forte e consistente, criando laços que fortalecerão o crescimento intelectual dos alunos da escola.

Para concluir, penso que todo conhecimento que adquiri não pode ficar guardado, já estou colocando em prática com os alunos da escola, melhorando as minhas explicações, trazendo os que têm alguma deficiência bem perto de mim para que se sintam vistos e ouvidos dentro de sala e também trazendo atividades que os façam parte integrante do sucesso da resolução das mesmas. Com o conhecimento adquirido até aqui procuro oferecer aos que não têm a deficiência a construção de um pensamento mais humano, que os faça ver que todos aprendem e que somos capazes de, mesmo com qualquer impossibilidade física ou mental, sermos socialmente livres para ir e vir. Penso também em visitar outras Instituições de meu município para poder conhecer o trabalho e ver no que posso ser útil na ajuda do crescimento intelectual dos alunos. Se eu conseguir fazer isso já estarei pagando, por assim dizer, todo conhecimento oferecido no curso, e a grandeza de sentimento que esse ato pode proporcionar a quem possui mais conhecimento.



[**PARTE II**]

RELATO 16

CURSO AEE NAS SESSÕES DE ESTUDOS DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS DE UMA ESCOLA ESTADUAL

PORTO VELHO – RO

AUTORA: GEISA CRISTINA BATISTA

ORIENTADOR: SILVIO RETAMOSO PALMA

TUTORA: FABIANE DOS SANTOS RAMOS

A motivação inicial para a matrícula no curso de Atendimento Educacional Especializado surgiu do próprio título, pois está de acordo com a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. As instituições especializadas devem e estão se estruturando para esse atendimento e as mantenedoras das escolas públicas também estão se estruturando, ao menos em escolas consideradas polos, quando não há possibilidade de oferta em todas elas – o que seria o ideal.

Meu ingresso na Educação Especial se deu em 1997, quando fui disponibilizada à então Divisão de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, sendo delegada a mim, a elaboração dos então cursos de capacitação na perspectiva da inclusão, direcionados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Além desse trabalho, atuava num Projeto de Psicomotricidade com alunos especiais matriculados na Rede Estadual de Porto Velho. Para tanto, frequentei, como ouvinte, uma cadeira na disciplina de Psicomotricidade do curso de Psicologia disponibilizado por uma instituição de educação superior. Atuei algumas vezes como monitora dos cursos de formação de professores, viajando a diversos municípios do Estado. Concluí um curso de pós-graduação *lato sensu*, especialização em Educação Especial, promovido pela Universidade Federal do Estado. Participei de uma formação para tutores, na área de deficiência múltipla, num curso disponibilizado pelo Ministério da Educação, na modalidade a distância, com sessões presenciais. Participei, como tutora, desse processo formativo em diversos municípios do Estado. Lecionei em escola de educação especial do Estado, para alunos com deficiência intelectual, compus a equipe de coordenação pedagógica dessa escola, atuando nas áreas pedagógica, psicopedagógica e educação profissional. Fui

coordenadora pedagógica da APAE da capital do Estado e hoje atuo na direção de uma escola estadual de educação especial, que está se estruturando para atender às políticas públicas da modalidade. A escola passará por um processo de eleição para gestores e eu devo me afastar para me dedicar, às atividades do Mestrado, onde desenvolvo um projeto na linha de formação docente, averiguando as contribuições das Tecnologias Assistivas – especificamente a Comunicação Alternativa e Aumentativa na formação docente e na aprendizagem do aluno com comprometimentos na fala e na escrita, provenientes da Encefalopatia Crônica não Evolutiva – Deficiência Física ou Múltipla.

Na escola em que estou inserida, como dito anteriormente, participo como Diretora atualmente, mas já desempenhei diferentes funções na docência e na área técnico-pedagógica. E exclusivamente de educação especial, contando, em 2011, com 153 alunos matriculados inicialmente, com deficiência auditiva, visual, intelectual, transtorno global do desenvolvimento, múltipla e física (ECnE).

Os atendimentos são, na Educação de Surdos, desde a Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental; para os alunos com TGD há atendimentos individualizados e em grupos; para os deficientes intelectuais, ainda há, também, escolarização nos anos iniciais do Ensino Fundamental para pessoas acima de 14 anos de idade, com salas de artes, com pintura em tela, em tecidos, em telhas, confecção de artesanatos com jornal e outros materiais, aulas de toque (com especialista em massoterapia), sala de multimídias, com computadores, DVD, televisores. Enfim, já realizamos um fórum e um workshop para a inclusão dos surdos, no entanto eles lutam por uma escola bilíngue – estamos em discussão, por meio de uma comissão. Os pais

de alunos com deficiência intelectual (e a maioria dos professores) ainda estão resistentes à inclusão, pela falta de qualidade com que já aconteceu em nosso Estado.

Percebemos que nossos alunos estão num nível até avançado em relação a determinados alunos já incluídos, por exemplo, na rede municipal e estadual. É um trabalho árduo esse de conscientização dos direitos da pessoa com deficiência. Os pais não querem, os alunos não querem e os professores, em sua maioria, relutam. Há uma sala de recursos – não ainda, a multifuncional, mas uma sala que tanto atende alunos de outras escolas, como dá suporte pedagógico para aqueles que a equipe psicopedagógica entendeu que serão bem sucedidos na escola comum. A legislação determina que todos frequentem a escola comum, mas a comunidade reluta, os professores da escola comum pedem aos pais, muitas vezes, para procurarem uma escola mais especializada e, assim, ficamos sabendo como está acontecendo esse processo.

Contamos com algumas órteses, softwares e acessórios para computadores. Quanto aos módulos estudados, o que mais utilizei, inclusive em cursos que ministrei, foram os de atendimento à pessoa com deficiência física e as tecnologias assistivas. Embora já conhecesse material de outros autores, compreendi que os conteúdos eram bem acessíveis, no que se referia à fácil compreensão e considero interessante colocar em discussão todos os pressupostos teóricos. Outros módulos levados à sessão de estudos, na Escola, foram os de atendimento à pessoa com deficiência intelectual e atendimento educacional especializado. Nesse ínterim, os professores – a maioria com especialização em Educação Especial - matricularam-se em cursos EAD sobre AEE para pessoas com deficiência intelectual e surdez (dois grandes eixos de trabalho da instituição).

Enfim, os conteúdos dos módulos estão sendo disponibilizados aos profissionais da escola, para as sessões de estudos e todos estão se preparando para o atendimento educacional especializado, que está por vir, transformando a Escola de Educação Especial em Centro de Atendimento Educacional Especializado. Haja fóruns, workshops, comissões, reuniões, discussões, contradições!

Considero pertinente citar as informações sobre o desenho universal, contidas no módulo III, sobre Tecnologias Assistivas, cujo propósito é

atender às necessidades e viabilizar a participação social e o acesso aos bens e serviços a maior gama possível de usuários, contribuindo para a inclusão das pessoas que estão impedidas de interagir na sociedade e para o seu desenvolvimento (CARTA DO RIO, 2004 *apud* BERSCH; MACHADO, 2011, p.72).

Construindo um espaço social com esses princípios, muitas das barreiras arquitetônicas, culturais e comunicacionais serão destruídas, para o bem geral da nação.



[PARTE II]

RELATO 17

O CURSO DE AEE COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO

SANTA CRUZ DO SUL – RS

AUTOR: JAIRTON MACHADO DE LIMA

ORIENTADOR: SILVIO CARLOS DOS SANTOS

TUTORA: VALQUÍRIA MARIA SILVA RIOS

Sou Pedagogo, Pós-graduando em Psicopedagogia Clínica e Institucional, ainda não atuo na área da Educação, pretendo me especializar em Gestão Escolar. Iniciar o Curso AEE foi uma busca de conhecimento para esse projeto. Acredito que para ser um bom gestor é imprescindível saber fazer, é fundamental conhecer todas as áreas, não com a pretensão de dominar todos os conteúdos específicos, mas conhecer todos os processos e áreas que envolvam o ambiente educacional e, principalmente, a perspectiva inclusiva. Conhecer as possibilidades para poder orientar e até mesmo exigir resultados.

Todos os módulos estudados durante o curso acrescentaram novos conhecimentos: específicos acerca de cada conteúdo, mas também conhecimentos na forma de ver cada situação de uma forma diferente, para superar cada limitação é preciso primeiro aceitá-la, assim podemos criar os métodos, escolher os melhores recursos para superação. No decorrer do curso, nos batepapos, fórum e leituras, fui abandonando algumas visões distorcidas sobre a inclusão, os objetivos, métodos, alguns preconceitos, filhos da ignorância. Ao término do curso, não adquiri apenas conhecimento sobre o AEE, mas uma nova forma de pensar a educação e o ser humano, repensar sobre a aquisição do conhecimento, quais os processos envolvidos. Acredito que o início do curso não poderia ser diferente, iniciamos desmistificando o EAD,

aprendizagem cooperativa pressupõe que as pessoas aprendem na interação com os outros, na partilha de suas dúvidas, experiências e conhecimentos. Aprender com os outros, reformulando o conhecimento a partir da crítica do outro, é importante para o fortalecimento das habilidades de comunicação e raciocínio (SILUK, 2011, p.17).

Estudar sobre EAD é rever conceitos sobre os processos de ensino-aprendizagem, é buscar e dominar novas tecnologias.

O módulo sobre Tecnologia Assistiva não apenas apresentou possibilidades, mas nos faz pensar: será que criamos as condições para inclusão? Não basta apenas um belo discurso, mas o fazer acontecer, as dificuldades funcionais na realização de tarefas podem ser transformadas em possibilidades funcionais e participação, se for devidamente provido o recurso necessário para o aluno.

O módulo que trata de alunos surdos, que é uma comunidade especial, e com luta está conseguindo seu espaço, criando uma cultura particular, uma língua própria,

[...] convém ressaltar que as comunidades de surdos não são consideradas apenas espaços de lazer, entretenimento, práticas de esportes. A comunidade surda é, sobretudo, um espaço de articulação política na busca pelo reconhecimento da surdez como diferença. E exatamente nesse sentido, os surdos, podem ser vistos como criando uma diferença política (CASARIN, 2011, p. 214).

Poderia escrever sobre todos os módulos estudados, pois em todos tive um grande crescimento, como profissional e como pessoa, mas o módulo que eu me dediquei mais e continuo buscando material é o módulo II, no qual estudamos o AEE, como funciona, as questões legais, a materialização da inclusão.

Entender como funciona e se organiza o AEE, o percurso histórico, as conquistas, a responsabilidade na inclusão de fato. E que não deve se limitar apenas aos trabalhos desenvolvidos nas salas de recursos ou multifuncionais, mas, pelo contrário, deve orientar toda a escola,

familiares e comunidade para garantir a participação daqueles têm alguma deficiência, TGD ou altas habilidades e superdotação da forma mais autônoma e ativa em suas rotinas.

O Curso AEE transformou muitas formas minhas, de pensar a inclusão e mesmo a forma como percebia as pessoas que têm alguma deficiência. Não atuo em escolas e não trabalho com alunos que necessitem de Atendimento Educacional Especializado, sinto que essa falta de prática me limitou bastante em acrescentar nos debates, algo que não fosse e ou ponto de vista. Também percebo como meu trabalho final seria diferente, mais rico e consistente se estivesse amparado na prática, mas esse fato não limitou meu aprendizado e hoje pode dizer que sei como fazer, sei como orientar. Posso me envolver com segurança em qualquer projeto, seja em numa escola, outra entidade, mesmo na esfera pública, conseguiria fazer um trabalho coerente baseado nos conhecimentos adquiridos durante o curso, pretendo estudar muito sobre o AEE e a inclusão. Lutar politicamente para que esta se realize em todos os âmbitos, a inclusão não pode se limitar aos muros de entidades de educação, mas deve estar nas ruas, nas comunidades. Devemos utilizar a tecnologia para permitir autonomia e possibilidades de pessoas com deficiência interajam com o mundo e com o seu mundo.



[PARTE II]

RELATO 18

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM CLASSE COMUM – UM DESAFIO À PRÁTICA DOCENTE

MURIAÉ – MG

AUTORA: ALESSANDRA APARECIDA MIRANDA

ORIENTADORA: SIMAIA ZANCAN RISTOW

TUTORA: CAMILE ARAÚJO

Ao iniciar o Curso Atendimento Educacional Especializado, muitas interrogações motivaram meus estudos. De que forma posso mudar minha prática docente para favorecer a inclusão? Por onde começar? É viável pensar em inclusão? Como, quando e por onde começar? Quais apoios terei? Sou eu a responsável pela mudança de postura, diante de uma sociedade marcada pelas diferenças?

Não há como negar que estamos constantemente enredados pela questão inclusiva. Com a necessidade de mudança de paradigmas educacionais, impera a insegurança diante das novas perspectivas sobre a Educação a Distância, a adequação aos novos tempos, otimizados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC's. Por conseguinte, a materialização do Atendimento Educacional Especializado e suas implementações no universo escolar, automatizadas pelas tecnologias assistivas. E, finalmente, o aprofundamento sobre a Deficiência Física, Deficiência Mental, Deficiência Visual, a Surdez, Surdo cegueira, os Transtornos Globais do Desenvolvimento e as Altas Habilidades/ Superdotação.

Até então, sabemos que há a necessidade de buscar uma reflexão crítica sobre a inclusão educacional e sociocultural, considerando as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, assim como valorizá-las, e a compreensão do atendimento educacional especializado suas variações e interfaces enquanto tema a ser explorado. É necessária a transformação das atitudes e concepções acerca da deficiência e seus diferentes tipos, limites e possibilidades, ponto de partida para pensarmos no complexo desafio que a inclusão social, educativa, cultural impõe aos deficientes.

A crescente participação de pessoas com deficiência nos meios sociais impulsiona a criação de outros ambientes para atender as diferentes demandas, o que explicita, a nosso ver, a urgência em mudar a postura

ideológica que permeia a sociedade. Sendo pautada pelo paradigma da Educação pra Todos e Igualdade de oportunidades.

A aprendizagem e a interação social de jovens adolescentes com deficiência apresenta-se, atualmente, como um dos principais desafios a ser enfrentado pela escola e pelos professores, é cerne do debate que diferencia a educação especial enquanto modalidade educacional ou conjunto de recursos. Inúmeras são as preocupações com as escolas de caráter inclusivo, ao pensarem como se processar a inclusão num sistema despreparado e poucos investimentos. Como possibilitar que novas ideias sejam implementadas, facilitando a troca de informações de soluções enquanto experiências vivenciadas.

A convivência dos alunos deficientes em classe regular de ensino constitui-se numa experiência nova, na qual a diversidade enriquece a permanente construção do conhecimento num verdadeiro intercâmbio de ideias e atitudes de forma digna e de respeito próprio, provocando a construção de atitudes de solidariedade, de respeito à aceitação sem preconceito. O maior desafio está em tornar o ambiente escolar um espaço que contemple a pessoa com deficiência em todas as suas dimensões humanas, saindo do simples conceito de ideias e ganhando corpo na vida prática. Dando contexto a todos os textos, tendo o professor como mediador do processo de aprendizagem de todos em sala de aula, percebendo que o apoio da família auxilia o aluno a superar as barreiras.

Uma escola que busca uma educação democrática deve levar em consideração as diferenças individuais e estar atenta para que o aluno tenha autoconfiança e autoestima de forma a sentir-se parte de processo educacional, dando o tempo de cada um no processo educativo. Cada ser tem suas ideias, sentimentos, valores que os fazem únicos. O acesso à

informação através das tecnologias de comunicação tem contribuído para a mudança de mentalidade acerca da aceitação das diferenças, as quais residem em todas as pessoas, independentemente de sua condição de ser e estar. A prática pedagógica deve propiciar um ambiente democrático, livre e rico em estímulos e oportunidades de aprendizagem.

Nesse sentido, torna-se fundamental maior capacitação e aperfeiçoamento do professor e do quadro escolar como um todo. Acredito que se todos os atores estiverem cientes de como conduzir os trabalhos com os alunos com deficiência de forma natural e mais humanizada, todos poderão desfrutar de momentos de intenso compartilhamento e reflexão sobre a vida diante das dificuldades, que sem restrições, faz parte do universo particular e coletivo.

Os estudos feitos e a possibilidade de interagir por meio de fóruns, bate-papos, aulas ao vivo com os demais cursistas e professores-tutores do AEE, permite conhecer outras nuances, experiências e posicionamentos diante das questões relacionadas à Educação Especial.

Pretendo, ao longo das atividades propostas, conhecer o processo formativo na área da educação especial e da educação inclusiva, para poder atuar, ou melhor, compreender a realidade educacional que cerceia inclusão. Instrumentalizando-me, aprendendo novas técnicas, base teórico-metodológica e compreensão das diversas deficiências e intervenções adequadas, para poder também orientar famílias, alunos e outros educandos em outras instâncias.

Estando trabalhando em escola de educação especial APAE, mas sem nenhum preparo para atuar nesse espaço, apenas contando com minha experiência na docência em ensino regular, tenho tido bastante dificuldade no sentido de promover o desenvolvimento de meus alunos.

O descompasso entre o desenvolvimento das crianças e as cobranças feitas pelo sistema que não considera as dificuldades particulares de cada indivíduo, avaliando-os conforme os conteúdos programáticos em fichas estruturadas que impossibilitam apontamentos que são bastante substanciais para quem ainda apresenta uma linguagem oral rudimentar, mas que sabe manifestar desejos, gostos e fazer escolhas por gestos, olhares e expressões faciais. Fico desejosa de mudanças posturais, de especialistas mais envolvidos e professores mais competentes.

Em Muriaé, falta muito a ser feito pela Educação Especial, ainda não se tem no âmbito municipal a perspectiva de uma inclusão real, que possibilite uma criança especial estar numa escola regular. Meus alunos são pertencentes à modalidade da Educação Infantil sob responsabilidade da rede municipal e que por conveniência (a título de espaço físico já estruturado, ter o atendimento de especialistas, transporte e histórico de tratamento) mantém a sala da estimulação precoce em espaço da rede estadual, numa escola de Educação Especial, com o compromisso de oferecer o profissional para nela atuar. Estão devidamente matriculados nove alunos, dos quais nenhum teve alguma experiência em classe comum, apresentam o quadro de paralisia cerebral em sua maioria com agravamento da tonicidade muscular, microcefalia, luxação de quadril, comprometimento mental e síndromes a serem investigadas. A escola-sede possui sala de recurso e materiais apropriados para atender a clientela das redes de ensino do município, com supervisão e orientação de especialistas. A equipe multidisciplinar investe no Método Teach para condicionamento dos autistas, realizando toda semana reuniões de estudos e avaliação dos trabalhos feitos, bem como novas atitudes e procedimentos.

Diante de tais circunstâncias, vários foram os esclarecimentos acerca do atendimento educacional especializado promovido pelas abordagens e estudos propostos, especialmente o Módulo II – Deficiência Mental, do qual pode compreender a natureza da deficiência e a forma como atuar com o deficiente mental, especialmente quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades por métodos específicos. Alertando-me para alternativas e a possibilidades das crianças em suas relações e interações.

A principal intenção é pensar na concepção de deficiência mental que não se limite ao olhar clínico. É essa peculiaridade que o professor deve conhecer para poder eficientemente interagir, propondo atividades facilitadoras da aprendizagem e desenvolvimento, atuando, assim, como um mediador no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Nessa perspectiva, ao pensarmos na organização do AEE para alunos com deficiência mental, tendo como ponto de partida as características de seu processo de apropriação do mundo, devemos prever atividades que: estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros; fortaleçam a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações; promovam a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber; tenham como objetivo o engajamento do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor; priorizem o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade; compreendam que a criança sem deficiência mental consegue espontaneamente retirar informações

do objeto e construir conceitos, progressivamente. Já a criança com deficiência mental precisa exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo.

Tanto a abordagem interacionista quanto a abordagem sócio interacionista destacam papel determinante para a interação do sujeito com o mundo que o cerca. Nessa abordagem, acredita-se na capacidade de aprendizagem de todos os sujeitos, discordando de forma impetuosa das concepções teóricas que defendiam a estagnação e a cristalização da capacidade intelectual dos alunos com deficiência mental. Para ele todo o ser humano apresenta ao nascer possibilidades de progresso intelectual, dizia, na verdade, que nós nascemos todos com uma única capacidade, a capacidade para aprender. Dessa forma, o planejamento deve pleitear atividades que promovam o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos que possuem deficiência mental, se concebido sob a ótica a deverá prever situações em que os alunos, trabalhando na perspectiva da cooperação estabeleçam trocas qualitativas entre si. Além desse aspecto, precisamos possibilitar vivências desafiantes, nas quais os alunos com deficiência mental sejam estimulados, através da resolução de problemas, a transpor seu nível de desenvolvimento real, numa aprendizagem significativa para por meio da aprendizagem cooperativa, intermediada pelas tecnologias assistivas, com softwares específicos e programas variados.

Portanto, os conhecimentos construídos não encerram em si mesmos, devem fazer parte do cotidiano escolar no sentido de redimensionar seu fazer pedagógico, tornando o educador mais consciente de seu papel formador. Dessa forma, é preciso compreender que o jogo não apenas promove o desenvolvimento das capacidades físicas e motoras, como

é também uma prática que introduz a criança no mundo dos valores e atitudes: de respeito às diferenças, à regra, ao espírito de equipe, à cooperação e à superação. É nesse último aspecto que reside um dos fatores de maior importância da inclusão das crianças com deficiência pelos jogos.

Reitero meus questionamentos iniciais, mas de uma forma mais tranquila sabendo que posso mudar minha prática docente para favorecer a inclusão se e somente se acreditar nesse processo, começando por busca de informações e conhecimentos mais abrangentes, conhecendo o perfil do meu aluno, determinado o que deseja aprender, quais suas habilidades e dificuldades para poder interferir de forma positiva e diferenciada, apoiando na coletividade, num planejamento conciso e acreditando na parceria que se estabelece com a família orientada, especialistas motivados. Todos comprometidos com a mudança de postura, diante de uma sociedade marcada pelas diferenças. Diferenças que são a base do modelo de sociedade capitalista.



[PARTE II]

RELATO 19

CURSO AEE: DESAFIOS PARA UM TRABALHO EM EQUIPE

ENCANTADO – RS

AUTORA: CARLA ZANON PICCININI

ORIENTADORA: TATIANE NEGRINI

TUTORA: ANA PAULA DA SILVA POZZOBON

Participar do curso de Atendimento Educacional Especializado, na modalidade a distância, para mim, tinha inicialmente como objetivo acrescentar conhecimentos em uma área que ainda está sendo desvendada e implantada nas escolas brasileiras e, com o desenrolar do curso, percebi que, além dos conhecimentos adquiridos, também mudei alguns pré-conceitos que eu tinha em relação à área.

Na área da educação especial já participei de um curso na área da surdez, também na modalidade a distância, mas talvez em virtude de não ter me dedicado tanto tive poucas aprendizagens. Já fiz cursos de Libras e agora estou concluindo o curso de interpretação/tradução português/Libras.

Esta aluna que lhes fala reside no município de Encantado-RS. Trabalho na rede municipal de ensino. No turno da manhã, em uma sala de recursos multifuncional de uma escola, no turno inverso com uma turma de 2º ano de outra escola. É sobre a escola que tem a sala de recursos que eu vou lhes descrever situações.

A escola possui 361 alunos matriculados regularmente, atendendo no diurno e noturno e o número exato de alunos incluídos ainda não temos, pois em virtude da implantação da sala AEE na metade do ano 2011, percebeu-se a inclusão neste segundo semestre. Até o momento temos quatro alunos que estão em atendimento na sala de recursos. Destes, um frequenta o 1º ano com paralisia cerebral e deficiência motora, um frequenta o 6º ano e dois frequentam a 7º ano, estes três com deficiência mental. Os materiais disponíveis na sala de recursos multifuncionais são os disponibilizados pelo Ministério da Educação e alguns já confeccionados em virtude das necessidades dos alunos para suas aprendizagens.

A sala de AEE tem um importante papel dentro das escolas brasileiras, pois possibilita que alunos, muitas vezes marginalizados da aprendizagem, tenham acesso ao conhecimento.

Pensando na individualidade de cada sujeito, as Tecnologias Assistivas são técnicas que têm por objetivo, segundo Bresch e Machado (2012, p. 81) “proporcionar à pessoa com deficiência a autonomia, independência funcional, qualidade de vida e inclusão social”. O papel da escola juntamente com o AEE é identificar as diferenças, proporcionar meios e técnicas para valorizá-las no trabalho pedagógico.

As leituras disponibilizadas ao longo do curso foram muito produtivas. Eu me identifiquei com o módulo que enfocava a surdez, talvez em virtude de ter uma caminhada maior nessa área e também acreditar na língua de sinais. Linha esta que vem gerando muitas discussões em nossos dias atuais, por causa da luta por direitos de surdos e intérpretes.

A leitura deixou muito clara a capacidade do sujeito surdo para desenvolvimento linguístico-cognitivo. Por já terem sua língua materna reconhecida legalmente, buscam maior reconhecimento e respeito à sua cultura. De acordo com Casarin (2012, p. 239), “[...] a comunidade surda é, sobretudo, um espaço de articulação política na busca pelo reconhecimento da surdez como diferença. E exatamente neste sentido, os surdos podem ser vistos como criando uma diferença política”.

Pensando na utilidade dos textos, o que enfocou a deficiência mental foi aquele que mais contribuiu para minha prática pedagógica, pois é essa a demanda maior dos alunos que tenho na sala de recursos.

Quebrou com meus conceitos particulares que tinha de que deficientes mentais não conseguem aprender. Mostrou que “quando o

olhar destinado a esses alunos buscar, em primeiro lugar, conhecê-los como sujeitos de aprendizagem, capazes de desenvolvimento de processos mentais superiores” (MENEZES; CANABARRO; MUNHOZ, 2012, p. 171) é que as práticas terão resultados no desenvolvimento desses alunos. Isso se deve ao fato de que na sala de AEE são trabalhadas “habilidades que são necessárias para que o aluno “[...] possa construir conhecimentos nessas disciplinas, como orientação espacial e temporal e capacidade de classificação e seriação.” (MENEZES; CANABARRO; MUNHOZ, 2012, p. 175).

É preciso conhecer o aluno, sua realidade, suas características, suas necessidades e o que ele já sabe e está em vias de aprender, pois todos podem progredir para a abstração. Foi muito importante, além do embasamento teórico, as sugestões práticas para o trabalho com os alunos, principalmente comigo que estou iniciando o trabalho nessa sala de atendimento.

O grande desafio é a parceria, o trabalho em equipe, a troca, a cooperação. Valores que precisam ser trabalhados e parecem estarem tão extintos em nossos dias atuais.

Isso foi o impulso inicial de uma partida que terá muita torcida, muitos parceiros e também muitos adversários. Tudo o que aprendi terá sua utilidade para a prática pedagógica na sala de atendimento educacional especializado e para assessoria aos professores. Minha escola ainda tem um grupo de profissionais resistentes, mas estamos pensando em formações e reflexões para a inclusão estar presente em nossos dias. Parar, nem pensar!!! Seguirei trabalhando nessa proposta, acreditando no meu trabalho.



[PARTE II]

RELATO 20

CURSO AEE: VIABILIZANDO O TRABALHO EM EQUIPE

CAMOCIM – CE

AUTORA: CECÍLIA MONSÃO MONTEIRO DOS SANTOS
ORIENTADORA: VANEZA CAUDURO PERANZONI
TUTORA: TAÍSE FREITAS ILHA

Focalizando o trabalho do professor, torna-se necessário admitir que a formação inicial é importante, e por melhor qualidade que tenha, não é suficiente, pois o conhecimento é intrinsecamente inacabado. Vê-se, pois, a necessidade relacionada à formação inicial e a reelaboração teórica e crítica da prática cotidiana ao longo de toda carreira profissional do educador.

Além disso, o professor deve ter em mente a sua vida cotidiana como objetivo de conhecimento, que aborda a integração das dimensões pessoal e profissional, que identificam as áreas do saber, do fazer, do ser e do conviver.

Enquanto educadora, busco sempre novos conhecimentos para dar significado à prática docente, pois atuo no Atendimento Educacional Especializado e, por ser um trabalho muito complexo, novo em nossa realidade local, surge a necessidade de buscar conhecimentos, a fundamentação legal e a formação continuada para embasar a minha vivência docente. Por isso, estou concluindo o curso a distância, que é muito rico e permite uma troca de experiência bastante ampla, uma compreensão crítica da realidade e do desenvolvimento humano, social, cultural e educacional.

Na área da Educação Especial e da Educação Inclusiva fiz vários cursos, entre eles destaco:

- Formação Continuada em Educação Inclusiva – 40h/a;
- Formação Continuada em Educ. Inclusiva –Tecnologia Assistiva – 40/horas;
- Curso de Orientações Básicas para o Funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais – 40/horas;

- Curso de Formação para Professores em Serviço de Informática na Educação Especial (6ª Edição /II Semestre) – UFRGS, 120/horas;
- Curso de Extensão em Atendimento Educacional Especializado-AEE, 220/horas.
- Curso de Inclusão e Mobilidade Reduzida – 20/ horas.
- Atualmente cursando:
- Formações LIBRAS -80/horas (presencial)
- Curso de Formação Continuada de Professores em Tecnologias de Informática e Comunicação Acessíveis -215/ horas (TelEduc).

Todos esses cursos contribuíram de forma significativa para a minha formação pessoal e profissional, pois através do conhecimento e da prática educativa percebi que a inclusão significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo o ser humano em sua maior expressão: a diferença.

A Instituição de Ensino na qual trabalho é a Escola Municipal EEF. Emilia Pessoa Veras (INEP 23002581), localizada na Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Bairro São Pedro, na cidade de Camocim – Ceará, criada pela Lei Municipal N° 592/96 de 19 de novembro de 1996. A mesma atende uma demanda de 347 alunos matriculados do 1º ao 3º ano, nos dois turnos: Manhã e Tarde, desde 2010 está com a Sala de Recurso Multifuncional tipo I, tendo o Atendimento Educacional Especializado.

A referida escola passou por uma reforma em sua estrutura física e está com rampas e banheiros adaptados para facilitar o acesso das pessoas

com deficiência. Além disso, conta com um Núcleo Gestor composta por uma diretora, uma coordenadora e uma agente pedagógica, uma secretária. Tendo também um corpo docente formado por onze professores da Sala Regular e dois professores da Sala de Recursos Multifuncionais, bem como demais funcionários (bibliotecário, digitador, agentes administrativos, agente bucal, merendeiras, serviços gerais, porteiro e vigias).

Conta com os seguintes espaços físicos: Uma Diretoria e Secretaria, seis Salas de Aula amplas, uma Sala de Recursos Multifuncionais, uma Biblioteca, uma Sala dos professores, Sala do LEI, uma Cantina, Um Depósito da Merenda, outro com Material de Limpeza, Pedagógico e Manutenção. Dois Banheiros Adaptados, dois Banheiros para os alunos (amplos e com divisórias), um Escovódromo (para higiene bucal), um Pátio amplo e arejado.

A escola tem como norteador o Projeto Político Pedagógico (em reformulação), contando também com a participação atuante do Conselho Escolar.

Para fortalecer o trabalho didático-pedagógico, a escola desenvolve planejamento mensal, coletivo de professores semanal, estudos e formações continuadas. Vale frisar que a mesma, trabalha com Programas de Alfabetização na Idade Certa, sendo estes distribuídos assim: Primeiro ano: Alfabetizar Letrando; Segundo Ano: Coleção Caminhos e Terceiro Ano: Ler e Escrever pra Valer na Idade Certa. Tendo como suplemento e complemento a Sala de Recursos Multifuncionais para os alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

Para serem atendidos na Sala de Recurso Multifuncional, os alunos, primeiramente são encaminhados aos CEAS (Centro Especializado de Apoio as Escolas) para uma triagem, inicialmente foram encaminhados 12 alunos, mais somente nove alunos foram direcionados a Sala de Recurso Multifuncional com o Atendimento Educacional Especializado e

os demais alunos com dislalia ficaram apenas no atendimento no CEAS com a fonoaudióloga. Temos alunos com as seguintes deficiências: altista, auditiva, múltipla, física e deficiência de aprendizagem.

A distribuição do atendimento está assim: Pela manhã, são atendidos cinco alunos por uma professora e, à tarde, outra professora atende quatro alunos. O atendimento ocorre em dias alternados, duas vezes por semana, com a duração de uma hora.

Além do atendimento, as professoras da Sala de Recurso Multifuncional dão um suporte aos professores nas atividades com os alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE do mesmo turno, sempre fazendo parcerias e ficamos à disposição da escola em contribuir nos momentos festivos e eventos.

As nossas ações pedagógicas estão de acordo com as necessidades específicas de cada aluno com NEE, levando sempre em consideração suas potencialidades, limitações e ritmos. Avaliamos periodicamente as atividades realizadas para um diagnóstico preciso, que busca intervenções inovadoras que vão ao encontro de avanços significativos de cada aluno.

O nosso atendimento funciona de segunda a quinta-feira, as sextas-feiras são destinadas a estudos, registros de relatórios, portfólios, organização da sala, material pedagógico e Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado a distância.

Já recebemos a Sala Tipo I do MEC, mas, não veio completa, estão sendo enviados os materiais gradativamente e bem lentamente. No entanto, já contamos com jogos educativos e pedagógicos, livros de história, material produzido pelas professoras, jogos e software e Tecnologia Assistiva tudo isso com recurso próprio da escola e material de baixo custo.

Contamos com a parceria da SME (Secretaria Municipal de Educação),

CEAS (Centro Especializado de Apoio as Escolas) e da Secretaria da Ação Social e Saúde. Uma de nossas alunas já foi contemplada com uma cadeira de rodas e também já foi encaminhada ao oculista.

Dos módulos do curso estudados, todos foram de suma importância para o meu aprendizado e reflexão da ação pedagógica acerca das diversas deficiências, a fundamentação legal, o processo inclusivo desses alunos no contexto escolar, as relações estabelecidas entre aluno e os educadores, enfim, a sociedade como um todo.

Portanto, propõe-se a busca pela superação da inclusão, a busca por uma educação igualitária onde os direitos sejam respeitados e a educação seja efetivada de forma plena, permanente e de qualidade.

A minha maior identificação foi com do Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Física, pois tenho uma aluna com Encefalopatia Crônica não Evolutiva, Retardo Mental, Epilepsia e a mesma é usuária de cadeira de rodas.

Tenho uma afinidade muito grande com essa aluna, ela tem 13 anos de idade, cursa o 3º ano, está sempre alegre, é um verdadeiro exemplo de superação.

Ao estudar o módulo sobre deficiência física, pude compreender melhor a encefalopatia, suas causas, características, classificação, limites/possibilidades, o desenvolvimento da autonomia e independência e as Práticas Educacionais Inclusivas e o Cotidiano Escolar de Alunos com Deficiência Física.

A Encefalopatia Crônica não Evolutiva (ECnPE), anteriormente denominada paralisia cerebral, é definida como um conjunto de sinais e sintomas que acometem as funções motoras. A disfunção é decorrente de uma lesão não progressiva que ocorre no cérebro nos primeiros dois anos de vida, e que alteram as funções coordenadoras do cérebro

influenciando nos mecanismos neurológicos de controle de postura, equilíbrio e movimento (TEIXEIRA et al. apud BATTISTEL, 2011, p. 106).

O tipo de epilepsia que ela apresenta não é esse tipo caracterizado por grande contração da musculatura, acompanhada por abundante salivação e movimentos repetitivos da cabeça, braços e pernas.

Em outro curso que fiz, pude conhecer as principais formas de epilepsia e a dela é conhecida por “Pequeno Mal” - que é a perda transitória da consciência que dura no máximo 60 segundos. Apresenta o olhar fixo, torna-se pálida, apresenta uma momentânea contração muscular. Ao retornar seu estado de consciência, fica sorrindo e volta tudo normal.

Outros pontos importantes que destaco são:

- Posicionamento e locomoção;
- Atividades de vida diária;
- Elaboração de material de apoio;
- O impacto da disfunção física no brincar;
- O brincar no cotidiano da criança com deficiência física;
- O brincar no processo de aprendizagem: meio ou fim?
- Promovendo o comportamento lúdico.

É necessário ser criterioso na escolha dos brinquedos, observar a segurança, durabilidade, nível de dificuldade exigido, motivação intrínseca, e adequação à faixa etária. Critérios a serem observados na adequação do ambiente para facilitar o brincar da criança com disfunção física: habilidades funcionais, motoras, verbais e de comunicação, além da decodificação verbal; nível de complexidade

nas suas relações com objetos e sua habilidade na resolução de problemas envolvendo brinquedos e objetos; capacidade de imitar uma situação de brincar; potencial de alcanças e lidar com a abstração e o simbolismo; tipo e qualidade de sua relação com tecnologia e novos objetos; sugestões e avaliações de profissionais que lidam com a criança no seu dia a dia.

A referida aluna gosta muito de brincar de bola, principalmente na hora do recreio. Eu e suas colegas ficamos juntas, é o momento primordial, já consegue arremessar a bola com a mão esquerda para os colegas, pois a direita ela não movimenta, é um momento feliz e de muita interação.

Esse material foi de suma importância para a minha vivência pedagógica, pois muitas ações eu já fazia, mas não tinha a segurança e nem a certeza que agora tenho, inclusive referente às orientações sobre a condução da pessoa que usa cadeiras de rodas.



[PARTE II]

RELATO 21

INCLUSÃO DA PESSOA SURDA

MACATUBA – SP

AUTORA: MÔNICA DA SILVA CONCEIÇÃO ABREU

ORIENTADORA: ELIANE SPERANDEI LAVARDA

TUTORA: ALEXANDRA DUTRA NUNES

Participar de cursos a distância requer compromisso e força de vontade, pois o aprendizado está relacionado ao empenho do aluno, ou seja, a responsabilidade é totalmente do aluno, pois ele deve ter compromisso e disciplina para que o seu desenvolvimento seja pelo menos satisfatório, ou seja, o estudo deve ser levado a sério.

Quando fui convidada pela coordenadora de minha escola a participar do curso, não fazia ideia da sua riqueza e do quanto seria gratificante ter o mesmo inserido no currículo e no meu conhecimento profissional, pois, além do excelente material disponível, há a interação entre profissionais que trazem diferentes experiências, que contribuem muito no conhecimento do professor.

O curso proporciona conhecimento e nos dá segurança para lidar com diferentes alunos, o professor tem o compromisso do aprendizado contínuo e aprende a lidar com a diversidade existente hoje. Um desafio muito grande no contexto educacional.

Trabalhar com o AEE é ser diferenciado, é buscar novos conhecimentos e meios de ajudar o aluno no processo de desenvolvimento, garantindo a ele ensino de qualidade e oportunizando novas habilidades sem esquecer de respeitar o limite de cada criança.

Em 2007, terminei a faculdade de Pedagogia, em seguida fiz duas Pós-Graduações, uma em Psicopedagoga e a outra em Educação Especial, fiz dois cursos a distância pelo Portal Educação, um sobre Síndrome de Down e outro relacionado ao Distúrbio de Aprendizagem. Ambos os cursos foram gratificantes para o meu conhecimento e prática profissional.

Atualmente, resido em Lençóis Paulista, cidade com pouco mais de sessenta mil habitantes, localizada no interior do Estado de São Paulo, sou professora e trabalho com AEE em uma cidade vizinha.

A unidade escolar em que trabalho fica localizada na cidade de Macatuba, hoje estão matriculados na escola um total de 579 alunos, sendo que desses estão incluídos 127 alunos.

A escola conta com apoio da sala de Atendimento Educacional Especializado e com o apoio da mesa pedagógica, que é direcionada somente para alunos não alfabetizados. Macatuba é uma cidade pequena com pouco mais de dezessete mil habitantes, porém no que diz respeito à Educação não deixa a desejar, a Secretaria de Educação, juntamente com outros profissionais da educação, busca novidades, principalmente materiais didáticos que estimulam habilidades e auxiliam no desenvolvimento dos educandos.

O atendimento é realizado a alunos do maternal até alunos do 5º ano, é feito em sala própria e contamos com uma diversidade considerável de materiais, como jogos que estimulam a concentração e a atenção do aluno, tabuleiros, alfabetos, alfabeto em Libras, máquina de Braille e alguns materiais em Braille, atividades de leitura, jogos que estimulam a percepção auditiva e visual, atividades para trabalhar consciência fonológica, jogos de vocábulos, formas geométricas, material dourado, livros, computador e jogos informatizados, além de materiais confeccionado pela professora do atendimento.

Com base na legislação educacional vigente, o aluno deve ser inserido nas unidades escolares e ter os mesmos direitos dos demais alunos, como ter uma educação de qualidade e oportunidade de interagir e ser inserido na sociedade com dignidade.

Em meio a tanta diversidade, ainda há muito a ser feito, mas já é possível notar a convivência da sociedade com novos paradigmas e a importância do meio tecnológico para a humanidade, em meio as mu-

danças e conquistas encontramos hoje novas formas para educar, como, por exemplo, a reorganização dos espaços escolares, flexibilização no currículo pedagógico, qualificação do professor, participação da família no contexto escolar e na vida acadêmica de seus filhos e outras que contribuem para alcançar bons resultados.

Levando em consideração o direito da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, cabe aos professores o compromisso de garantir a igualdade e oportunidade educacional com qualidade para todos. A língua de sinais é o único meio de comunicação utilizado por indivíduos surdos, esses observam e percebem o mundo a sua volta através de seus olhos, todo e qualquer movimento desde o mais simples,

Nessa perspectiva, o sujeito surdo apresenta uma diferença sociolinguística, ou seja, ele interage com o mundo a partir de uma experiência visual. Todas as suas construções mentais se dão pelo canal espaço-visual mediados pelo seu instrumento natural de comunicação: a língua de sinais e a língua escrita. (CASARIN, 2011, p. 214).

Portanto, é muito importante e proveitoso no que diz respeito à participação do surdo na escola, e não à inclusão do surdo propriamente dita, inserir não é incluir na escola, não é só a participação desses no ambiente escolar, e sim ter o direito de aprender com qualidade, ter atividades diferenciadas se necessário, ter o currículo pedagógico adaptado, de maneira a garantir a ele, ler e escrever, a ter autonomia e ser um sujeito independente para participar do meio social com dignidade.

É direito do aluno surdo que aprenda como primeira língua a Língua de Sinais e como segunda a Língua Portuguesa, porém é papel da

instituição escolar pensar pedagogicamente em como oferecer essa estrutura ao aluno, garantindo a ele um desenvolvimento de qualidade, fazendo que esse indivíduo se insira na cultura surda.

[...] a escola deverá pensar em modelos pedagógicos que venham ao encontro dessa realidade, contemplando, segundo Skliar (1990:53), condições de acesso à língua de sinais e a segunda língua, à identidade pessoal e social, à informação significativa, ao mundo do trabalho e a cultura surda. Sabemos que a segunda língua no caso dos surdos é a língua portuguesa, a qual exige para seu aprendizado, condições de ensino de língua estrangeira (CASARIN, 2011, p. 216).

Diante do relato apresentado, tenho como definição para minha carreira a especialização para trabalhar no desenvolvimento de pessoas com deficiência, tenho como foco principal a surdez. O material apresentado porta riqueza de conteúdo, e isso eu tenho como um estímulo maior para dar continuidade aos estudos direcionados à educação inclusiva e à prática dos conhecimentos. Na sala do AEE, tive a oportunidade de aplicar alguns métodos ensinados no curso, os quais foram discutidos nos fóruns e foi possível compartilhar experiências com outras colegas e difundir as ideias apresentadas pela professora do curso, também pretendo orientar e apoiar as professoras das salas regulares, pois me sinto mais segura e preparada para tal função.



[**PARTE II**]

RELATO 22

A IGNORÂNCIA GERA A EXCLUSÃO

UBERABA – SP

AUTORA: ALESSANDRA CRISTINA DA SILVA

ORIENTADOR: CAIO CESAR PIFFERO GOMES

TUTORA: ALESSANDRA CAVALHEIRO DA SILVA

Sou formada em Pedagogia/Normal Superior e atuo em uma escola estadual do município de Uberaba-MG na turma do 1º Ano do Ensino Fundamental (alunos de 6 anos).

Realizei o curso Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a finalidade de pautar a minha prática pedagógica numa perspectiva inclusiva, pois são inúmeras as dificuldades encontradas em sala de aula e para cada necessidade existe um recurso. Sabendo que, somente com conhecimento se pode modificar a realidade, me inscrevi no curso.

A cidade de Uberaba/MG possui 27 salas de AEE em pleno atendimento dentro das escolas municipais. E também: uma escola para cegos - Instituto de Cegos do Brasil Central, uma escola para surdos - Escola Municipal Dulce de Oliveira, três escolas para deficientes – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), Associação Brasileira de Reabilitação e Alfabetização de Crianças Especiais (Abrace) e Fundação de Atendimento Especial (Fundaesep) e uma escola com salas recursos para atender aos alunos com dificuldade de aprendizagem de toda rede estadual (sendo 34 escolas) – o Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial (Ceopee).

A escola que atuo é estadual, possui 1.169 alunos matriculados, sendo 358 no 1º ao 5º ano, 348 no 6º ao 9º ano e 325 no ensino médio. Dentre estes, encontram-se matriculados dois alunos com baixa visão, dois alunos com baixa audição e um número expressivo de alunos com dificuldade de aprendizagem.

Não possuímos Sala de Recursos, mas o Projeto Político Pedagógico da escola está sendo reformulado e, bimestralmente, realizamos o Plano de Intervenção Pedagógico com o objetivo de recuperar os alunos com baixo desempenho.

Os módulos estudados contribuíram muito com a minha formação. Nesse sentido, vou relatar um pouco sobre cada um deles com o intuito de compartilhar algumas de minhas reflexões:

- A educação a distância sempre foi algo que nos causava estranheza. No entanto, o curso oferecido pela UFSM me mostrou que é possível aliar a tecnologia a uma formação continuada com sucesso;
- O Atendimento Educacional Especializado (AEE), foco principal do curso, é oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) com a Equipe de Apoio à Educação Especial (EAEE) com o objetivo de atender aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.
- As Tecnologias Assistivas (TA) foi-nos apresentada como uma importante ferramenta que possibilita ao aluno ser um sujeito atuante no seu processo de aprendizagem. O professor que tem conhecimento sobre os recursos e serviços TA é capaz de atuar com cada tipo de deficiência eliminando as barreiras para a plena participação dos alunos;
- Atender os alunos com Deficiência Física vai além da adequação do ambiente, das questões de acessibilidade, trata-se de promover um ambiente acolhedor, onde o sujeito será visto em sua totalidade. Para tanto, é importante conhecer as suas necessidades, desejos e interesses, limites e possibilidades para a proposição de um programa de ensino eficaz que leve a processos de aprendizagem e desenvolvimento;

- Quanto à Deficiência Mental fomos buscar suporte teórico-prático, para entender melhor o processo de construção do conhecimento e as possibilidades para que alunos com diferentes ritmos de desenvolvimento aprendam.
- No atendimento a alunos cegos e com baixa visão, é necessário conhecer e identificar as restrições ou manifestações decorrentes da limitação visual e desenvolver estratégias pedagógicas condizentes com as necessidades específicas desses alunos;
- Para alunos surdos a Educação Bilíngue, é de suma importância, que ele possa ler e interpretar o mundo que o envolve. Para traçar um programa de ensino de português para os surdos, deve-se fazer opção por uma abordagem, métodos e estratégias de ensino mais eficazes;
- O tema Surdo Cegueira nos revela os desafios e questões delicadas que o professor que atua na educação especial pode enfrentar em seu cotidiano e leva-nos a pensar na necessidade de uma nova realidade educacional e social, num trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação que busque inserir o indivíduo no contexto sócio-histórico;
- O Transtorno Global do Desenvolvimento nos apresenta sujeitos que demandam um saber tanto nosso quanto da escola, uma docência pautada no sujeito, e não no diagnóstico. Mas isso requer um olhar diferenciado, um olhar de aposta, desafiando os sujeitos para alcançar novos objetivos e conquistas;

- Finalizando com o atendimento aos alunos com Altas Habilidades/ Superdotação, constatando que, para atender as especificidades desses alunos não podem ser ações isoladas, é preciso buscar parcerias fora da escola para que os alunos tenham acesso a outras aprendizagens, com outros profissionais.

O último módulo me levou a refletir sobre tudo o que havia estudado anteriormente, pois pude perceber que não são somente os alunos que têm dificuldades de aprendizagem que estão sendo excluídos, mas aqueles que têm facilidades também.

Nesse momento, pude reafirmar a importância do professor na vida dos seres humanos e as transformações que pode estimular no indivíduo para a busca de seus ideais. Mas, para que isso ocorra, a atualização é constante e talvez seja a forma de como o professor se inclui como educador qualificado e, portanto, capaz de propor mudanças. A perspectiva inclusiva requer ter conhecimento dos aspectos legais que podem respaldar nossa ação pedagógica. São eles:

- A Constituição Federal (1988) garante o princípio de igualdade, referindo no art.5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”.
- A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), em seu artigo 3º trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência.
- A Declaração de Salamanca (1994) que trata dos “Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas

Especiais”, reconhece a necessidade e a importância de oferecer educação de qualidade para todos os alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades [...].
- A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala (2001), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, objetiva “prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (artigo 2º).
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto nº186/2008, assegura o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular, e ter garantido o direito ao apoio necessário para facilitar a aprendizagem do aluno com deficiência.
- A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

- Decreto nº6571/2008 dispõe sobre o AEE, contempla o que são as SRM, dentre as ações estão à formação de professores para o AEE, a formação de gestores e professores para a educação inclusiva, as adaptações arquitetônicas das escolas, a produção e distribuição de recursos para a acessibilidade.
- Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado- AEE na Educação Básica (2008) discorrem sobre o AEE, sobre o público-alvo, a organização e sobre a formação e as atribuições do professor.

A partir desses referenciais pretendo, junto com a equipe pedagógica e administrativa da escola, traçar um plano de ação para solicitarmos a Sala de Recursos Multifuncionais, visto que a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais é crescente, o Projeto Político Pedagógico da Escola está sendo reformulado e, agora, a escola possui no corpo docente um profissional para o atendimento no AEE.

Concluo que o papel do ensino é fundamental tanto para a superação de dificuldades como para o aprimoramento de potencialidades, mas para isso é necessário um programa de ensino totalmente individualizado levando-se em consideração que cada sujeito é único e singular. Trata-se de formar uma escola que ao mesmo tempo em que é para todos é para cada um. É preciso começar, pois além de compreender o que é proposto, convém que se faça um esforço para colocá-lo em prática.



[**PARTE II**]

RELATO 23

A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO

SÃO FRANCISCO DE ASSIS – RS

AUTORA: NEIDE DE MOURA LAMBERTI

ORIENTADORA: CRISTIANE LAZZERI

TUTORA: ANA AMÁLIA ROVEDA

O presente trabalho refere-se ao curso do AEE realizado na cidade de São Francisco de Assis, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Assis Brasil Martins de Bitencourt, tendo 537 alunos matriculados no ensino comum, com um total de 29 alunos matriculados no AEE. Desses 29 educandos, todos estão incluídos na escola comum e estão sendo atendidos na sala de recursos. Os alunos matriculados no AEE são desde o primeiro ano até o sexto ano do ensino fundamental.

O meu objetivo para realizar este curso foi o de aprofundar conhecimentos, pois comecei a trabalhar em uma Escola Especial a partir do ano de 2010, por isso senti necessidade de buscar conhecimentos nessa área para saber como lidar com cada aluno, respeitando suas limitações. Antes desse curso do AEE, fiz outro nessa mesma área, mas não foi muito aprofundado, pois eram menos horas e não tinha todos esses conteúdos que vimos no curso, mas foi válido porque despertou em mim a curiosidade de saber mais sobre a educação especial, já que a educação inclusiva faz parte de nossas escolas e, quando nos deparamos com esses alunos, se não tivermos nenhum conhecimento, ficaremos angustiados por não saber como lidar com eles.

Na sala de recursos, temos os seguintes equipamentos: (2) dois microcomputadores, (1) um laptop, (1) um estabilizador, (1) um escâner, (1) uma impressora a laser, (1) um teclado com colméia, (1) um acionador de pressão, (1) um mouse com entrada para acionador, (1) uma lupa eletrônica. Também temos os seguintes mobiliários: (1) uma mesa redonda. (4) quatro cadeiras, (1) uma mesa para impressora, (1) um armário, (1) um quadro branco, (2) duas mesas para computador e (2) duas cadeiras.

Temos vários materiais didáticos pedagógicos: (1) um material dourado, (1) um esquema corporal, (1) uma bandinha rítmica, (1) um memória de

numerais, (1) um tapete alfabético encaixado, (1) um software comunicação alternativa, (1) um sacolão criativo monta tudo, (1) um quebra-cabeças sequência lógica, (1) dominó de associação de idéias, (1) um dominó de frases, (1) dominó de animais em libras, (1) dominó de frutas em libras, (1) um dominó tátil, (1) alfabeto Braille, (1) um kit de lupas manuais, (1) um plano inclinado – suporte para leitura, (1) memória tátil e mais jogos confeccionados pelos profissionais do AEE como: quebra-cabeças, jogo da memória, jogos de coordenação motora e jogos de alfabetização.

Todos os módulos estudados foram de grande importância, mas o que aguçou mais a minha curiosidade foi o módulo IX, dos transtornos globais do desenvolvimento, talvez por ser uma deficiência que não temos muito contato, ou seja, não temos muitos casos com diagnósticos nas escolas, pois atuo na escola especial e em uma escola comum, mas na instituição comum temos um menino com Síndrome de Asperger, talvez seja por isso que me chamou mais atenção devido a esse caso, pois através das leituras realizadas obtive um pouco de conhecimento sobre esse transtorno. Mesmo não trabalhando direto com esse aluno, pude perceber através das discussões feitas com a colega que trabalha com ele, que estava tendo dificuldades em realizar atividades, pois o mesmo agia de maneira diferente das outras crianças, pois não interagia com os colegas, tinha movimentos estereotipados, ou seja, isolava-se no seu mundo. Através disso, pude fazer um paralelo entre teoria e prática, já que no momento em que estava lendo sobre esse tema pude analisar como esse transtorno acontece.

O mais surpreendente que pude notar com a leitura desse módulo, bem como da análise feita com o aluno com Transtornos Globais do Desenvolvimento, é que este consegue aprender a seu modo, pois com

a dedicação, o comprometimento e o desejo do professor é possível fazer com que essa criança consiga aprender e interagir com o grupo.

Então, o desejo do educador para que o aluno consiga superar suas limitações é de grande importância. Nessa linha de pensamento, Coll e outros autores (apud ALVEZ; GUARESCHI, 2011, p. 296) mencionam:

A escolarização destas crianças precisa estar lastreada no desejo do professor, pois este, ao apontar seu desejo para o aprendizado da criança, supõe nela um sujeito também desejante e, portanto, capaz de aprender. Desta disposição da subjetividade é que poderão surgir as curiosidades que abrirão acesso ao sujeito em aprendizagem.

Através da análise do educador é que ele irá desenvolver estratégias para que seja construída a aprendizagem do aluno com TGD.

Portanto, utilizarei os conhecimentos construídos ao longo do curso tanto na Escola Especial como na Escola Comum, pois na escola especial sempre terei alunos com deficiência ou transtornos, e com os ensinamentos poderei atendê-los criando estratégias diversificadas para que consiga atingir a aprendizagem na sua individualidade. Já na escola comum, quando tiver um aluno incluído, saberei de que maneira irei trabalhar para que desenvolva a sua aprendizagem.

A possibilidade de discussões acerca de alunos com alguma deficiência ou transtorno sempre ocorrerá quando tivermos alunos incluídos, pois através de diálogo e trocas de experiências podemos crescer como profissionais e encontrar a melhor forma de aprendizado para esses educandos.



[PARTE II]

RELATO 24

APLICABILIDADE DO CURSO DE AEE: O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

VENÂNCIO AIRES – RS

AUTORA: CÍNTIA GOMES DE OLIVEIRA
ORIENTADORA: CLEIDI LOVATTO PIRES
TUTORA: DARLÉIA KNOFRE

O presente trabalho consiste em um relato sobre a minha experiência como aluna da 5ª Edição do Curso de Formação de Professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria na modalidade Educação a Distância. Para iniciar o relato propriamente dito vejamos alguns dados importantes:

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades especiais. Estas podem ser de diversas ordens - visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades. Se essa estimativa se aplicar também no Brasil, teremos cerca de 15 milhões de pessoas com necessidades especiais. Os números de matrículas nos estabelecimentos escolares são tão baixos que não permitem qualquer confronto com aquele contingente. Em 1998, havia 293.403 alunos, distribuídos da seguinte forma: 58% com problemas mentais; 13,8%, com deficiências múltiplas; 12%, com problemas de audição; 3,1% de visão; 4,5%, com problemas físicos; 2,4%, de conduta. Apenas 0,3% com altas habilidades ou eram superdotados e 5,9% recebiam “outro tipo de atendimento” (Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 1998, do MEC/INEP).

Conforme a Constituição Federal, é direito das pessoas com alguma deficiência receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível com as demais pessoas nas escolas regulares.

E para, além disso, hoje há um movimento mundial pela educação inclusiva, onde todos os alunos devem estar juntos, aprendendo e

participando sem nenhum tipo de discriminação. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades.

Considerando a Educação Especial como uma modalidade de ensino e não um sistema substitutivo de ensino, conclui-se que não deverá haver sistemas paralelos de ensino especial e que essa modalidade deverá complementar ou suplementar o ensino regular. Nessa visão, a Educação Especial é uma modalidade que enquadra o Atendimento Educacional Especializado que deve ser oferecido às necessidades educacionais especiais dos alunos com alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. O referido atendimento deve ser oferecido sempre no turno contrário ao da sala regular onde o aluno esteja incluído e frequentando.

O curso de atendimento Educacional Especializado promovido pelo MEC e oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria veio ao encontro das necessidades que surgiram a partir da nossa realidade educacional e tem como principal objetivo preparar os professores que vão atuar diretamente nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Meu principal objetivo ao ingressar no curso de Atendimento Educacional Especializado foi o de abrir possibilidades de eu poder pensar e dialogar a educação especial e o atendimento especializado oferecido aos alunos dessa modalidade de ensino. Como minha graduação foi na da área da Educação Especial (Pedagogia Anos Iniciais - Ênfase na Educação Especial) muito do embasamento teórico que o curso disponibilizou já era de meu conhecimento. No entanto, o fato de rever toda a teoria e principalmente depois de já estar inserida nesse contexto

de trabalho, atuando como professora de sala de recursos e podendo trocar experiências e práticas pedagógicas com as colegas, foi de suma importância e acrescentou muito à minha formação.

Atualmente, resido no município de Venâncio Aires – no estado do Rio Grande do Sul. A escola na qual estou lotada é da rede Estadual de Ensino e localiza-se na zona leste do município e conta com 33 alunos incluídos na sala regular de ensino e frequentam no turno oposto o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos. Esses alunos têm idade entre 8 e 16 anos e estão incluídos nos anos escolares que compreendem desde a 1ª série do ensino fundamental regular até a 8ª série do ensino fundamental.

O espaço onde atualmente funciona a Sala de Recursos recebeu adequações materiais, porém ainda não está regulamentado como multifuncional, está passando por esse processo.

Cabe ressaltar que estou nessa escola há, aproximadamente, duas semanas e que, inclusive, o contrato foi concedido contemplando o curso de Atendimento Educacional Especializado frequentado no momento da contratação.

Antes disso, atuei como Coordenadora do Centro Integrado de Educação e Saúde-CIES, localizado no município. Esse centro foi criado em 2009 e veio atender às necessidades dos alunos e professores da rede pública municipal, estadual e educação infantil, além de alunos bolsistas da rede privada de ensino. O espaço oferece atendimento multidisciplinar aos alunos a fim de diagnosticar e tratar as dificuldades de aprendizagens e/ou distúrbios de comportamento, funcionando também como um suporte aos professores que recebem orientações de trabalho e manejo ao se tratar de alunos com alguma necessidade educativa especial.

Atuei também como professora de AEE em duas escolas da rede municipal no ano de 2010, atendia cerca de 40 alunos compreendidos entre deficiência intelectual, déficit de atenção/hiperatividade, deficiência múltipla e baixa visão.

O Curso de Atendimento Educacional Especializado foi fundamental para eu aprimorar meus conhecimentos e, principalmente, para pensar e dialogar a sobre o campo da educação. Quando destaco a Educação, não me refiro especialmente à Educação Especial e sim à Educação em todas as suas modalidades. Pensar a Educação Especial requer um processo de repensar a Educação e os processos pedagógicos como um todo. É preciso antes de tudo adequar e adaptar o ensino regular, uma vez que todos os alunos possuem particularidades em termos de desenvolvimento e aprendizagem. Os alunos possuem e vivem em contextos que os diferem dos demais, por isso, a educação, as práticas educativas deverão se adequar a esses contextos e proporcionar uma educação que venha ao encontro de suas necessidades. Repensar e revisar o Plano Político Pedagógico da escola, não é apenas incluir a modalidade de Educação Especial, ou o Atendimento Educacional Especializado como vem acontecendo, mas sim, realizar uma revisão conceitual do Plano Pedagógico proporcionando uma flexibilização curricular em todos os níveis e modalidades de ensino. Os anos passam, as pessoas mudam, o mundo muda e o ensino também precisa mudar. Os conteúdos que antes eram necessários, de repente, hoje já não são ou deverão ser substituídos e complementados por outros. Acredito que é isso tudo é uma mudança de paradigma que compreende a educação voltada para um olhar social e que considera o ser humano na sua integralidade com seus valores e sua cultura.

O curso de Atendimento Educacional Especializado está organizado em dez módulos. Todos os módulos abordaram em geral, o Atendimento Educacional Especializado dentro de cada uma das categorias de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Foram citados exemplos práticos de como, deve ser esse atendimento educacional especializado, bem como o quanto é importante estabelecer relações entre o professor, os pais, os alunos e a escola em um todo para que a inclusão educacional seja efetivada.

Conforme Guareschi e Alves (2011, p. 36):

[...] o AEE é o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades, de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, considerando as necessidades desses alunos, então o professor do AEE, dependendo da necessidade de seu alunos, organizará atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, afim de facilitar o processo de construção de aprendizagem do sujeito. É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configuram como reforço escolar, uma vez que se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum [...]. O professor deverá, de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno nas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

O Atendimento Educacional Especializado, muitas vezes, é confundido como “reforço”, por isso é importante destacar que o AEE, abordado no módulo do curso que tratou do tema Atendimento Educacional Especializado, focalizou para as salas de recursos multifuncionais, visando ao atendimento especializado de alunos com as mais diferentes deficiências, transtornos globais do desenvolvimento

e/ou as altas habilidades/superdotação. Com isso, o trabalho da sala de recursos passa a ser global, não se detendo a apenas uma área de atuação. Isso também permite um novo olhar sobre a formação do professor especialista que atuará nesse atendimento.

Considerando os módulos estudados, bem como o panorama da educação especial, conclui-se que cabe a nós, professores, estarmos em constante aprendizado e aprimoramento de nossas práticas. Principalmente, como professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado é necessário difundir esses conhecimentos, trocando experiências com nossos colegas da escola proporcionando, desse modo, a verdadeira inclusão do aluno com algum tipo de deficiência e transtorno global de desenvolvimento, a fim de propiciar ao aluno com altas habilidades/superdotação situações de aprendizagens para expandir ainda mais as suas potencialidades.

A verdadeira inclusão somente acontecerá quando todos se debruçarem sobre a realidade e assumirem os compromissos que lhe cabem inicialmente como cidadãos: respeitando o sujeito na sua individualidade e também o educador, que por sua vez deverá cumprir a sua missão que é a de mediar a construção de conhecimentos de acordo com as possibilidades de cada educando. Afinal, todos os alunos são capazes de aprender, basta descobrir como o aprendiz aprende.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcia Doralina; GUARESCHI, Taís. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Módulo II. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares. Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência física. Módulo IV. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. Tecnologia Assistiva – TA: aplicações na educação. Módulo III. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

CASARIN, Melânia Melo. Atendimento educacional especializado para alunos surdos. Módulo VII. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

MENEZES; E. da C. P.; CANABARRO, R. C. C.; MUNHOZ, M. A. Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência mental. Módulo

V. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

SÁ, Elizabet Dias de. Atendimento educacional especializado para alunos cegos e com baixa visão. Módulo VI. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

SILUK, Ana Cláudia Pavão. Educação a distância EAD. Módulo I. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado-AEE: uma experiência em Cabo Verde, África**. 1.ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

VIEIRA, Nara Joyce Wellausen. Atendimento Educacional Especializado para alunos com altas habilidades/superdotação. Módulo X. In: SILUK, Ana Claudia Pavão. (Org.). **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: Laboratório de pesq. e doc. – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

